

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE, BIOCÊNCIAS, MEIO AMBIENTE E
HUMANIDADES
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

ALESSANDRA QUADROS DA COSTA

**A VISITA DOMICILIAR E A VISITA INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTAL
TÉCNICO-OPERATIVO NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NO
MUNICÍPIO DE MONTENEGRO/RS**

MONTENEGRO

2022

ALESSANDRA QUADROS DA COSTA

**A VISITA DOMICILIAR E A VISITA INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTAL
TÉCNICO-OPERATIVO NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NO
MUNICÍPIO DE MONTENEGRO/RS**

Trabalho apresentado junto à disciplina de
Orientação de Trabalho de Conclusão do Curso de
Bacharelado em Serviço Social, período 2022/1,
do Centro Universitário Internacional Uninter.

Profª Me. Cleci Elisa Albiero

MONTENEGRO

2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

ALESSANDRA QUADROS DA COSTA

A VISITA DOMICILIAR E A VISITA INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTAL
TÉCNICO-OPERATIVO NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NO
MUNICÍPIO DE MONTENEGRO/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do
título de Bacharel no curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro
Universitário Internacional Uninter.

Aprovada em ...de março de 2022.

Componentes da banca examinadora:

Prof. Dr.

Centro Universitário Internacional Uninter

Prof. Dr.

Centro Universitário Internacional Uninter

Prof. Dr.

Centro Universitário Internacional Uninter

MONTENEGRO
2022

Dedico este trabalho a todas as pessoas
que contribuíram de forma direta ou
indireta para a conclusão de mais essa
etapa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela vida, amor, carinho, cuidado, compreensão e companheirismo.

Agradeço à primeira tutora, a assistente social Roberta da Costa Monteiro, por ter dito na Aula Inaugural que, a partir daquele momento, eu já não era mais senso comum, mas uma pessoa técnica. Jamais esquecerei.

Agradeço à última tutora, supervisora acadêmica e assistente social Jovane Zanon, pela empatia em ter me colocado para apresentar os portfólios antes de todos colegas, devido ao meu horário de trabalho como professora na Escola Estadual Técnica São João Batista - Montenegro/RS, pelo período em que pude acompanhar as tuas atividades profissionais na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - Montenegro/RS e por ter me convidado para participar das atividades da Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta. Obrigada pelas conversas na Tutoria (presencial e *on-line*), por ter escutado os meus desabafos, por ter me acalmado pelo fato de estar apreensiva em relação ao futuro como assistente social, pelas risadas e por termos compartilhado sobre a vida em geral, a partir da Primeira Etapa de Estágio Supervisionado. Sou muito grata pela tua escuta ativa.

Agradeço as minhas colegas Carla Silveira Torres, Janaína Becker, Michele Cristin Behrens e Maira Giovana de Souza, da Escola Estadual Técnica São João Batista - Montenegro/RS, pelo apoio e pelas conversas durante esse processo de novos conhecimentos e de transição profissional. Obrigada pela amizade!

Agradeço às minhas colegas de graduação, Edinara sobrenome e Carliane Pinheiro pelas conversas via *WhatsApp* e tutoria *on-line*, durante os módulos de Estágio Supervisionado durante a pandemia da COVID-19. Obrigada, gurias, por tudo!

Agradeço ao meu Supervisor de Campo de Estágio, o assistente social Dieimeson Athaide Alves, por ter me mostrado a importância do registro no Diário de Campo. Obrigada pelo ensino, pelas conversas, pela escuta ativa, pela empatia e pela comida. Obrigada por ter confiado em mim quando nem eu mesmo acreditava no meu potencial!

Agradeço às equipes de trabalho do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, do Centro de Referência de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do município de Montenegro/RS.

Agradeço à Coordenadora do projeto de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Formação e Sociabilidade - GETFS, na Linha de Pesquisa sobre Formação Profissional, Trabalho e Identidade Profissional, do Grupo Reflexões sobre Formação que estuda “O trabalho de portfólio no curso de Serviço Social como processo avaliativo e a relação com a formação profissional”, a qual é orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso, assistente social, a professora Cleci Elisa Albiero por ter me escolhido para integrar o grupo de pesquisa, pelos conselhos, correções, conversas e por termos compartilhado a vida nos últimos meses. Obrigada por toda a ajuda, sora Cleci!

Agradeço a todos os participantes do GETFS e do Grupo Reflexões sobre Formação pelas reuniões e debates mensais, bem como as bolsistas que conheci durante a realização do projeto de pesquisa: Ana Cristina, Vanessa da Silva e Clidiane Santiago. Muito obrigada!

Agradeço aos corretores de trabalho de Portfólio, desse TCC, das questões avaliativas e das Práticas de Estágio Supervisionado.

Agradeço à Associação Comunitária e Recreativa Adote um Atleta, pela iniciativa em inserir o Serviço Social no Esporte. Obrigada, Laura Silveira, por ter me despertado a conhecer o esporte como um instrumento de inclusão social.

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema sobre o processo de trabalho do assistente social, sob o ponto de vista da efetividade da visita domiciliar e da visita institucional, na Política Pública de Educação no município de Montenegro/RS. A Lei n. 13.935/2019 determina que as redes públicas de Educação Básica sejam atendidas por um/a profissional do Serviço Social. Essa lei é resultado das ações do conjunto CFESS/CRESS desde 1990 onde, por meio dos Grupos de Trabalho da Educação, os/as profissionais realizaram encontros, debates e estudos, para que as demandas da comunidade escolar fossem atendidas através das atribuições e competências privativas dos/as assistentes sociais. A Fundamentação teórica desse trabalho consiste em uma revisão bibliográfica e documental das leis educacionais vigentes, seguido dos materiais emitidos pelo CFESS e na literatura que abrange o processo de trabalho, o diário de campo e os instrumentais técnico-operativos - a visita domiciliar e a visita institucional. Essa pesquisa é de caráter bibliográfica, documental, exploratória e qualitativa com dados quantitativos, onde o número das visitas domiciliares e das visitas institucionais realizadas foram quantificadas por meio dos registros do diário de campo da estagiária e autora desse Trabalho de Conclusão de Curso. Após essa etapa, foi realizada uma entrevista com um profissional da área do Serviço Social, o qual realiza as suas atividades profissionais na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS. A entrevista foi gravada via aplicativo de celular, mediante autorização via assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a análise dos dados, foram elaboradas 3 categorias, as quais foram examinadas sob a Análise de Conteúdo, segundo Bardin, onde foi possível comprovar que o assistente social possui formação a nível de Ensino Superior em Serviço Social, com Pós-graduação em andamento; os instrumentos técnico-operativos são utilizados após análise da demanda educacional encaminhada pela escola e que a visita domiciliar e a visita institucional são efetivas no seu processo de trabalho na SMEC do município de Montenegro/RS, pois através dela é possível encaminhar os usuários de forma assertiva e promove um trabalho em rede com outros setores do serviço público municipal, estadual e federal.

Palavras-chave: Instrumentalidade. Processo de Trabalho. Serviço Social na Educação. Visita Domiciliar. Visita Institucional.

ABSTRACT

The present work addresses the issue of the work process of the social worker, from the point of view of the effectiveness of the home visit and the institutional visit, in the Public Policy of Education in the municipality of Montenegro/RS. Law no. 13.935/2019 determines that public Basic Education networks are attended by a Social Service professional. This law is the result of the actions of the CFESS/CRESS group since 1990, where, through the Education Work Groups, professionals held meetings, debates and studies, so that the demands of the school community were met through private attributions and competences of social workers. The theoretical basis of this work consists of a bibliographical and documentary review of the current educational laws, followed by the materials issued by the CFESS and in the literature that covers the work process, the field diary and the technical-operative instruments - the home visit and the institutional. This research is bibliographical, documentary, exploratory and qualitative with quantitative data, where the number of home visits and institutional visits carried out were quantified through the records of the field diary of the intern and author of this Course Completion Work. After this step, an interview was carried out with a professional in the area of Social Work, who carries out his professional activities at the Municipal Department of Education and Culture in the municipality of Montenegro/RS. The interview was recorded via a cell phone application, with authorization by signing the Free and Informed Consent Form. For data analysis, 3 categories were elaborated, which were examined under Content Analysis, according to Bardin, where it was possible to prove that the social worker has a higher education level in Social Work, with a Postgraduate course in progress; the technical-operative instruments are used after analyzing the educational demand sent by the school and that the home visit and the institutional visit are effective in its work process at the SMEC in the municipality of Montenegro/RS, because through it it is possible to refer users in a assertive and promotes networking with other sectors of the municipal, state and federal public service.

Keywords: Instrumentality. Work process. Social Service in Education. Home visit. Institutional Visit.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTORICIDADE	14
2.2 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO.....	16
2.3 O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO	20
3 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO	25
3.1 INSTRUMENTALIDADE E INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS	28
3.1.1 A visita domiciliar	29
3.1.2 A visita institucional	31
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	32
4.1 O MUNICÍPIO DE MONTENEGRO/RS.....	33
4.1.1 Secretaria Municipal de Educação e Cultura	33
4.2 COLETA DE DADOS.....	35
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
5.1 REFERENCIAL TEÓRICO E CURRÍCULO ACADÊMICO.....	41
5.2 PROCESSO DE TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE.....	43
5.3 A EFETIVIDADE DA VISITA DOMICILIAR E DA VISITA INSTITUCIONAL.	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	55
APÊNDICES	59

1 INTRODUÇÃO

A autora desse Trabalho de Conclusão de Curso finalizou o curso de Licenciatura em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 2014 e, em maio de 2016, iniciou a sua trajetória profissional como professora na Escola Estadual Técnica São João Batista no município de Montenegro/RS. E, em menos de 1 ano no exercício da profissão, observou em alguns alunos a recorrência do baixo rendimento escolar nas atividades avaliativas. Após conversas informais e individuais com esses/as alunos/as, pode constatar que os fatores externos à escola eram a causa do aproveitamento escolar abaixo do esperado e, por iniciativa própria, começou a pesquisar qual área científica poderia fornecer o conhecimento básico para compreender o porquê desses fenômenos.

Diante disso, a professora de Química retornou à sala de aula em abril de 2017, tornando-se, assim, aluna do curso de Bacharelado em Serviço Social, da modalidade à distância, no Centro Universitário Internacional Uninter - Polo de Apoio Presencial (PAP) do município de Montenegro/RS, para: 1) realizar estudos em um curso diferente da área de Educação; 2) aplicar os conhecimentos específicos dessa área na sala de aula, como um complemento à sua primeira Graduação, transformando-se, assim, na motivação não só para a retomada dos estudos acadêmicos, como também para a produção desse documento.

Nos anos seguintes, a professora-aluna estudou e começou a pensar no seu próprio contexto - mulher, negra e natural de um estado brasileiro com forte presença dos colonizadores europeus, para depois, refletir sobre o corpo discente. Os discursos baseados no senso comum referentes às situações cotidianas já não eram mais aceitos como outrora, antes pensava, refletia e, quando possível, argumentava procurando se basear no conhecimento proporcionado pelo curso até o presente momento.

Neste caminho, no mês de fevereiro de 2020, iniciou a primeira Etapa de Estágio Supervisionado: Aproximações da Realidade no setor do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no município de Montenegro/RS, o que dinamizou o processo formativo da professora-aluna, agora, professora-aluna-estagiária. No mês de maio de 2021, o Supervisor de Campo de Estágio Supervisionado da professora-aluna-estagiária iniciou o seu processo de trabalho na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) no mesmo município. O

assistente social foi alocado para essa secretaria, após o descumprimento do governo municipal para com a Lei n. 13.935/2019. Assim, no dia seguinte, a estagiária continuou dando prosseguimento às atividades de Estágio Supervisionado: Execução do Projeto de Avaliação nas dependências dessa instituição.

Foi observado pela autora desse documento que as visitas domiciliares e as visitas institucionais fazem parte do processo de trabalho do assistente social da SMEC e, diante das expressões da questão social que têm se apresentado no município de Montenegro, como o desemprego, a violência contra a mulher, as crianças e os adolescentes, o abuso sexual e o suicídio, a situação-problema desse Trabalho de Conclusão de Curso busca responder à seguinte pergunta: *Como se efetiva a visita domiciliar e a visita institucional, no processo de trabalho do assistente social na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS?*

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a efetividade da visita domiciliar e da visita institucional no processo de trabalho do assistente social na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS, o qual contempla os seguintes objetivos específicos:

- Pesquisar sobre a trajetória da Política Pública de Educação no Brasil.
- Discutir o processo de trabalho e a instrumentalidade para o exercício profissional na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS.
- A visita domiciliar e a visita institucional sob a ótica do assistente social na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS.

A linha de pesquisa desse trabalho consiste na Formação Profissional, Trabalho e Identidade Profissional sob a perspectiva da teoria social crítica de Marx, com pesquisa de natureza qualitativa com dados quantitativos. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental sobre: Política Pública de Educação; Processo de Trabalho; Instrumentais técnico-operativos; Visita domiciliar e visita institucional e Diário de campo. As fontes de estudo desses termos foram os *sites* Google® e Google Acadêmico®, com publicações a partir dos anos 2000 e os livros do curso de Serviço Social da Uninter publicados pela editora InterSaberes.

A natureza de pesquisa desse Trabalho de Conclusão de Curso é de caráter bibliográfica, documental e exploratória, cujos dados disponíveis no Diário de Campo da professora-aluna-estagiária foi utilizado como fonte de informações referente a quantidade das visitas domiciliares e das visitas institucionais, às quais foram realizadas durante o período de maio a dezembro de 2021, correspondendo às seguintes etapas do Estágio Supervisionado: Execução do Projeto de Intervenção, Avaliação do Projeto de Intervenção e Relatório Final.

Segundo o relato do assistente social da SMEC, até o mês de maio de 2021, as demandas educacionais que foram encaminhadas à SMEC, eram atendidas pela assistente social da Secretaria Municipal da Saúde (SMS). Diante desse contexto, foi elaborada uma entrevista semi-estruturada para ambos os profissionais, porém, devido à burocracia municipal, só foi possível a realização com um desses profissionais - o atual assistente social da SMEC. Esse instrumento de coleta de dados consistiu em perguntas abertas, cujas respostas foram registradas em um gravador de voz, via aplicativo de celular. Em seguida, o registro do material coletado passou por uma transcrição, seguido de uma divisão em 3 categorias, as quais foram estudadas sob a proposta da Análise de Conteúdo, segundo Bardin.

Esse trabalho está organizado em 6 capítulos. No capítulo 2, encontram-se os temas a Política Pública de Educação e o Serviço Social na Educação.

No capítulo 3, os assuntos abordados são: o trabalho, o processo de trabalho do assistente social, o processo de trabalho do assistente social na educação, os instrumentais técnicos-operativos - visita domiciliar e visita institucional e o registro profissional no Diário de Campo.

A Fundamentação teórica para esse trabalho, também foi estudada pela Análise de Conteúdo, segundo Bardin.

No capítulo 4, estão descritos a metodologia da pesquisa e os dados obtidos por meio do Diário de Campo, isto é, os registros das visitas domiciliares e das visitas institucionais, e a entrevista com o profissional da área do Serviço Social, bem como os resultados e a discussão dos mesmos.

No capítulo 5, encontram-se as Considerações Finais desse trabalho e, na sequência, as Referências Bibliográficas utilizadas para a produção desse documento.

A relevância da temática consiste na pouca abordagem e produtividade acadêmica e científica em relação aos temas relativos ao Diário de Campo, à visita

domiciliar e à visita institucional. Assim, busca-se recomeçar novos debates relacionados a esses assuntos dentro dos espaços educacionais, formais e informais, das secretarias municipais e estaduais de educação, nas reuniões da categoria profissional e, também, dentro dos setores que atuam de forma transversal à educação, como a saúde, a habitação, a assistência social, o lazer, a cultura, o esporte, os direitos humanos e dentre outros, com a finalidade de atender as demandas da comunidade escolar, a fim de que haja a garantia intransigente dos direitos dos cidadãos (BRASIL, 2012).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o objetivo de embasar a temática para a realização desta pesquisa, estão relatados, neste capítulo, os fatos relevantes sobre a Educação no Brasil, a constituição da Educação como Política Pública e o processo de transição do Serviço Social Escolar para o Serviço Social na Educação.

2.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVE HISTORICIDADE

Segundo Dentz e Silva (2015, p. 12 e 13), quando se fala sobre a Educação no Brasil, ou seja, aquela que acontece no formato escolarizada, a história relata sobre o processo de escolarização no molde europeu, o qual teve início por volta do ano de 1549 com a chegada da Companhia de Jesus e finalizou 200 anos depois, aproximadamente, com a expulsão dos jesuítas. Nesse momento, o povo era escravo e analfabeto (DENTZ; SILVA, 2015, p. 13).

De acordo com Carvalho (2002, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 13), a taxa da população brasileira alfabetizada, cinquenta anos após a Independência do Brasil, era de, somente, 16 %. E, com a Proclamação da República, já existia a intenção da “dualidade de sistemas”, ou seja, um ensino escolar direcionado para a elite e, outro, para o povo, conforme Beisegel (1995, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 14), apesar do conceito de que a Educação deveria ser para todos, de acordo com Aranha (2006, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 13).

A partir do ano de 1890, o Brasil passou por reformas educacionais, como o ensino laico, por exemplo, conforme Beisegel (1995, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 2015). Porém, entre os anos de 1900 e 1920, 75 % da população, com 15 anos ou mais, eram analfabetos e isso provocou um movimento de combate a essa defasagem, entretanto, o ensino apresentava demandas específicas as quais impediram a resolução da desigualdade educacional (DENTZ; SILVA, 2015, p. 14).

Os imigrantes espanhóis e os italianos que vieram para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial, desejavam que a Educação também estivesse voltada para os filhos dos trabalhadores e, para isso, estabeleceram instituições de ensino, para que houvesse a Educação integral e que o ensino fosse laico, mas o governo da época fechou essas escolas, alegando que esses cidadãos estrangeiros estavam promovendo desordem popular, segundo Aranha (2006, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 14). Carvalho (1998, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 14), explica que Anísio

Teixeira, assim como outros precursores da Educação Nova, tinham a visão de que a Educação “era direito universal, instrumento de democratização da sociedade e de formação de cidadãos”. Assim, era necessário que a Educação fosse tratada como Política Pública, onde o Estado “garantiria o ensino básico para todos, de graça e sem a ingerência da Igreja ou religião” (INEP, 2000, p. 12), ou seja, a Educação deveria ser de qualidade para todas as classes sociais (INEP, 2000, p. 13). Aqui se iniciava a luta de Anísio Spínola Teixeira pela Educação pública do Brasil, a qual possui várias semelhanças com as propostas da inserção dos/as assistentes sociais na Política Pública de Educação.

No ano de 1951, Anísio Teixeira assumiu a Secretaria Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES e o cargo de Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o INEP, em 1952 (NUNES, 2000, p. 12), tornando-se pioneiro na produção do livro didático e na realização de diversas pesquisas educacionais de cunho sociológico (INEP, 2000, p. 13). Em ambas as instituições, participou de conferências e discutiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1961 (NUNES, 2000, p. 12).

Anísio Teixeira foi um cidadão defensor da democracia e da educação para a democracia, fazendo com que mantivesse uma relação com cujos objetivos eram contrários aos do Estado (NUNES, 2000, p. 13). Durante os 40 anos dedicados à vida pública, produziu artigos, livros, elaborou relatórios e participou de conferências, porém o assunto mais abordado foi sobre a “democracia no âmbito da escola e fora dela” (NUNES, 2000, p. 14), ou seja, “a educação como um direito de todos” (NUNES, 2000, p. 15).

O educador e gestor público Anísio Teixeira, expôs a sua defesa durante o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1961, dizendo que era a favor:

[...] de uma escola primária organizada e séria, com seis anos de estudo nas áreas urbanas e quatro na zona rural, destinada à formação básica e comum do povo brasileiro; de uma escola média em que a língua, a civilização nacional e a ciência fossem os verdadeiros instrumentos de cultura do aluno; [...]”. (NUNES, 2000, p. 20 e 21).

Pode-se perceber que o educador Anísio Teixeira tratou sobre diversos temas educacionais, como o financiamento, a organização, a gestão e a descentralização

do sistema público de ensino, a formação inicial e continuada dos professores, a socialização das oportunidades de acesso e de permanência ao Ensino Fundamental e o dever e a intervenção da União e dos estados (NUNES, 2000, p. 34 e 35). Dessa forma, era necessário que uma lei determinasse que a Educação era um direito de todo/a e qualquer cidadão/ã no território brasileiro e, assim, ser tratada como uma política pública, onde, adicionado com a elaboração e implementação das leis educacionais que surgiriam posteriormente, o Estado se tornaria o executor dessas leis.

2.2 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) explica que a Educação é um direito social, onde, no Capítulo II, consta que o governo federal é a instância que determina as “diretrizes e bases da educação nacional” (art. 22, parágrafo XXIV); os governos federal, municipal e estadual proporcionarão “os meios de acesso [...], à educação” (art. 23, parágrafo V) e o governo municipal é quem estabelece os “programas de educação infantil e de ensino fundamental” (art. 30, parágrafo VI). E na seção I do Capítulo III, consta que a Educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família” (art. 205), onde o papel do poder público consiste em garantir a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade” (art. 208, parágrafo I), ou seja, o governo federal é o órgão que institui todo o “sistema federal de ensino e o dos Territórios” (art. 211, § 1º).

Assim, com a finalidade de estruturar a Educação Nacional, isto é, de elaborar e de implementar normas para reger esse direito social nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, foi decretada e sancionada a Lei n. 9.394/1996: a Lei das Diretrizes e Bases, a LDB (BRASIL, 1996). De acordo com o 1º art. da LDB:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, é possível notar que a LDB (BRASIL, 1996) reforça o art. 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), afirmando que a educação não inicia, progride e cumpre o seu papel social, mediante a ausência da família e do Estado,

pois ambos devem zelar para que esse direito social seja cumprido na íntegra durante toda a trajetória escolar dos sujeitos estando em idade escolar ou não. Porém, a realização da matrícula em uma determinada instituição de ensino, não significa a garantia de Educação, se não somente o acesso, uma vez que essa será executada de acordo com os seguintes princípios:

- I - a igualdade de condições de acesso e de permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida; (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021) (BRASIL, 1996). Sublinhado no original.

Essas resoluções mostram que a Educação não é um processo natural, espontâneo, automático ou, ainda, mecânico, mas sim, totalmente intencional e, em cada uma delas, é possível observar como a participação da família, do Estado e da sociedade são essenciais no desenvolvimento formativo escolar das crianças, dos/as adolescentes, dos/as adultos/as, dos/as idosos/as, das pessoas com deficiência e dos grupos populacionais tradicionais específicos, o GTPE. Tendo por base os preceitos da LDB (BRASIL, 1996), a autora desse TCC entende que: I - além de acessar a escola, é preciso permanecer; II - o conteúdo das áreas do conhecimento deve ser divulgado; III - a escola é um espaço aberto às diferentes opiniões e visões pedagógicas; IV - a liberdade e a tolerância são necessárias para a convivência social; V - as escolas públicas e privadas seguem as normas educacionais vigentes; VI - acesso universal ao sistema público educacional; VII - os profissionais, além de uma remuneração salarial justa, no mínimo, acima da inflação e, somado a isso, um espaço sócio-ocupacional com infraestrutura adequada, cursos de formação continuada e materiais de consumo, por exemplo; VIII - a gestão popular deve ser baseada nas leis que regem a Educação e o ensino; IX - o

processo formativo escolar será significativo por meio da qualidade; X - é preciso reconhecer e permitir que o alunado expresse a sua vivência no mundo como parte integrante do conteúdo escolar; XI - a Educação deve estar fundamentada no tripé escola-trabalho-convivência humana; XII - deve-se respeitar as múltiplas etnias e raças que formaram a gênese do povo brasileiro; XIII - a Educação não é estacionária; XIV - respeitar a todas as pessoas, independentemente da sua constituição física, histórica e social.

Ao analisar essas determinações, é possível observar as 3 finalidades da educação brasileira: 1) “o pleno desenvolvimento do educando”; 2) “seu preparo para o exercício da cidadania” e 3) “sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Entretanto, o desenvolvimento, o preparo e a qualificação do alunado implicam na participação da família, do Estado, da sociedade e da escola (BRASIL, 1996). Porém, as demandas educacionais - nacional, federal e municipal - são multifacetadas e específicas e, para resolvê-las, é necessário um plano educacional com metas e estratégias. Assim, o governo federal elaborou e sancionou a Lei n. 13.005/2014, o Plano Nacional de Educação, o PNE, com a finalidade de resolver as desigualdades educacionais no Brasil (BRASIL, 2014). Esse projeto possui vigência de 10 anos (de 2014 a 2024) e contém as seguintes orientações:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014).

O artigo 8º da LDB (BRASIL, 1996), assim como o art. 7º do PNE (BRASIL, 2014), explicam que as 3 esferas do governo e o Distrito Federal, trabalharão de forma colaborativa, porém cada nível de governo deverá traçar o seu plano de educação, caso ainda não o possua (BRASIL, 2014) o Plano Estadual de Educação,

o PEE, e o Plano Municipal de Educação, o PME. Dessa forma, o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Lei n. 14.705/2015, determinou o Plano Estadual de Educação, o PEE-RS, também com vigência de 10 anos, a fim de cumprir o PNE (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 1).

Como esse trabalho aborda a Política Municipal de Educação no município de Montenegro/RS, a partir desse momento, será abordada a Educação dessa esfera governamental. O artigo 11º da LDB, aborda as atribuições da organização da Educação Nacional para o governo municipal:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (BRASIL, 1996).

E o artigo 18º da LDB, explica que o ensino municipal engloba:

- I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
- II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III - os órgãos municipais de educação. (BRASIL, 1996).

Assim, mesmo com o respaldo legislativo sobre o direito à educação - a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a LDB (BRASIL, 1996), o PNE (BRASIL, 2014), os planos estaduais e os planos municipais de educação, os/as alunos/as das escolas municipais brasileiras não vêm apresentado um bom desempenho nas avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, onde os dados mostram que as notas do corpo discente dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental dessas escolas ficaram acima da meta, de 2007-2019, enquanto que, para os Anos Finais, de 2013-2019, nenhuma das metas foram alcançadas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS

EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020). Essa repetição das notas abaixo das metas se sucederem somente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, deve ser transformado em um forte objeto de estudo, a fim de entender o porquê dessa realidade educacional brasileira.

As metas não alcançadas do IDEB, revelam que existem problemas extra escolares que influenciam na trajetória escolar e, conseqüentemente, nas crianças e nos adolescentes no momento em que participam dessas avaliações bianuais. Alguns fatores que dificultam o acesso e a permanência na escola, são as manifestações da questão social, como o desemprego, a fome, a pobreza, a violência, a falta de moradia e de saneamento básico e dentre outros (DENTZ; SILVA, 2015, p. 9). Assim, é preciso considerar que os dados do IDEB das escolas municipais brasileiras, não serão resolvidos, exclusivamente, no âmbito escolar por meio de estratégias pedagógicas, como promover aulas de reforço, prover turno integral, matricular os alunos reprovados em uma turma de aceleração. É preciso saber que as demandas educacionais do corpo discente, antes, são fruto das desigualdades sociais e, por isso, implicam em um trabalho com outras áreas do conhecimento, como o Serviço Social, com o objetivo de conhecer e trabalhar com e na realidade desses sujeitos nas instituições escolares e nas familiares.

Dessa forma, os municípios, por meio das Secretarias Municipais de Educação, precisam se organizar e trabalhar para implementar o seu PME, juntamente com profissionais de outras áreas do saber, a fim de resolver as demandas sociais dos discentes para que consigam dar continuidade aos seus estudos com qualidade e progredir no seu desenvolvimento pessoal e social, com o intuito de realizar o “seu preparo para o exercício da cidadania” (BRASIL, 1996). Sendo assim, a educação a nível municipal possui uma grande relevância na vida dos educandos, das suas famílias e da sociedade civil, pelo fato de abranger a “educação infantil e o ensino fundamental” (BRASIL, 1988). Assim, no próximo tópico, será abordado o tema sobre o Serviço Social na Educação.

2.3 O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

O trabalho do/a assistente social na Educação remete à gênese da profissão no Brasil, sendo denominado de *Serviço Social Escolar*, possuindo, assim, práticas profissionais conservadoras, conforme citam Ferriz e Martins (2020, p. 216), “em que devia se prestar subsídios de informações sobre a vida dos alunos, segundo

Pinheiro (1985, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 17). A partir do ano de 1940, houve uma expressiva produção de TCC de Serviço Social na área da Educação (DENTZ; SILVA, 2015, p. 18), onde o primeiro é do ano de 1944 e, até os anos 2000, haviam sido publicados 156 trabalhos, de acordo com Witiuk (2004, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 17).

Segundo Dentz e Silva (2015), no Estado do Rio Grande do Sul é encontrado o registro mais antigo sobre o Serviço Social Escolar no Brasil, sendo chamado de Serviço de Assistência Escolar, por meio da secretaria estadual da época, a Secretaria de Educação e Cultura, mediante o Decreto n. 1.394/1946. As atribuições dos/as profissionais consistiam em “intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social”, de acordo com Amaro (2011, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 18).

Durante o processo de Reconceituação do Serviço Social, no início do ano de 1960, um estudo indicou que os problemas dos alunos que não obedeciam a disciplina escolar, seriam resolvidos pela área do Serviço Social, segundo Souza (2005, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 19). Quase 30 anos depois, o Brasil era a nação com a maior desigualdade do mundo (DENTZ; SILVA, 2015, p. 21 e 22), tinha uma população de 30 milhões de analfabetos e 85 milhões de pessoas na condição de pobreza ou na miséria, o que equivalia em 54 % da população (DENTZ; SILVA, 2015, p. 22).

Durante a década de 1990, a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) fortaleceram as discussões sobre o tema dentro da categoria (FÉRRIZ; MARTINS, 2020, p. 216). De acordo com Ferriz e Martins (2020, p. 216), os planos de ação do conjunto CFESS/CRESS para a temática do *Serviço Social na Educação* iniciaram nos anos 2000, com o objetivo de solidificar a presença do/a assistente social na Política de Educação. Assim, durante o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS realizado no ano de 2001, os/as assistentes sociais organizaram um projeto com temas referentes à presença do Serviço Social na Educação, segundo Santos; Mesquita; Ribeiro (2012, *apud* FÉRRIZ; MARTINS, 2020, p. 217). É importante destacar que o CFESS, nesse mesmo ano, criou o Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação, o qual produziu a obra *Serviço Social na Educação*, onde consta a presença do/a profissional do Serviço Social nas instituições de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, nas instâncias

dos governos estadual e municipal, como explicam Santos, Mesquita, Ribeiro (2012, *apud* FÉRRIZ; MARTINS, 2020, p. 217). Almeida (2004, *apud* FÉRRIZ; MARTINS, 2020, p. 216) menciona que o movimento da categoria, encabeçado pelo conjunto CFESS/CRESS, mostra o seu direcionamento político e explica a importância da criação de comissões para a área educacional nas CRESS, como já estava ocorrendo nos estados de MG e no RJ.

Assim, durante os anos de 2001 a 2013, o conjunto CFESS/CRESS criou os Grupos de Trabalho (GT) em todo o Brasil, os quais foram formados por conselheiros do CFESS e representantes das CRESS de cada região do país, com o suporte técnico do assistente social e professor doutor Ney Luiz Teixeira de Almeida (FÉRRIZ; MARTINS, 2020, p. 217). Somado a esse movimento, no ano de 2012, em Maceió (AL), aconteceu o I Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, onde resultou na criação da obra *Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação* (CFESS, 2013), segundo Férriz e Martins (2020, p. 217). Assim, o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação busca por meio dos encontros, estudos, debates e pesquisas, conhecer como o Serviço Social pode colaborar com a Educação sob o ponto de vista de um Direito Social (FÉRRIZ; MARTINS, 2020, p. 219).

A conciliação entre o Serviço Social e a Educação, segundo Férriz e Martins (2020, p. 214), teve início durante a constituição da formação profissional, onde se almejava uma educação de qualidade condizente com as dimensões da prática profissional - ético-político, técnico operativo e teórico-metodológico. Férriz e Martins (2020, p. 214), explicam que essa temática é resultado dos encontros realizados nas CRESS, onde os/as assistentes sociais, participantes das Comissões Técnicas de Educação, estudam e debatem sobre a Política de Educação e a presença desses/as profissionais na Educação. A realidade das 27 CRESS sobre a questão do Serviço Social na Educação, de acordo com os estudo de Férriz e Martins (2020, p. 221) era de: 9 regionais com a Comissão de Educação ativa; em 8 unidades, as discussões sobre a temática ocorrem em outras comissões, apesar de possuírem a Comissão Técnica de Educação (incluindo a 10ª Região - Porto Alegre/RS); 2 seccionais não possuem a Comissão Técnica de Educação, porém reúnem-se para debater sobre a Educação e 7 regionais, além de não possuírem a Comissão de Educação ativa, não dispõem de um outro lugar para a realização dos encontros e dos estudos sobre o tema.

Com toda a legislação educacional vigente no Brasil, o ponto de inflexão reside não mais no acesso, mas sim na “garantia qualidade do ensino” projetado para o corpo discente (DENTZ; SILVA, 2015, p. 24). Nos anos 2000, 96,4 % de crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos, estavam na escola e 83 %, na faixa etária de 15 a 17 anos, fazendo com que parte dos brasileiros concluísse o Ensino Fundamental, de acordo com Oliveira (2007, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 24).

Conforme Almeida (2000, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 23), o Serviço Social na Educação é uma área que necessita ser desvelada, fazendo com que para cumprir as suas atribuições profissionais, o/a assistente social demandará de um aporte instrumental, teórico e político no seu processo de trabalho.

Para que o Serviço Social estivesse de forma efetiva na Política Pública de Educação, no ano de 2000, foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 3.688 (DENTZ; SILVA, 2015, p. 24). No ano seguinte foi rejeitado e, 6 anos depois, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) e na Comissão de Educação e Cultura (CJC), segundo DENTZ e SILVA (2015, p. 24). No Senado, tornou-se no Projeto de Lei da Câmara (PLC) n. 060/2007, conforme CFESS (2012, *apud* DENTZ; SILVA, 2015, p. 24), o qual foi aprovado no ano de 2009. Após a aprovação pelo CCJC e pelo CEC, o PL foi encaminhado, votado e aprovado na Câmara dos Deputados (DENTZ; SILVA, 2015, p. 25) e sancionado pela Presidência da República no ano de 2019 (BRASIL, 2019).

A Lei n. 13.935/2019 é a lei que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica”:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

Art. 2º Os sistemas de ensino disporão de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2019).

Em um primeiro momento, pode-se pensar que a presença do/a assistente social na Política Pública de Educação é única e exclusiva para as demandas apresentadas pelo corpo discente. Porém, o seu exercício profissional contempla o processo de trabalho com as famílias, o corpo docente, o quadro de funcionários, a equipe de gestão, as políticas sociais e suas respectivas equipes técnicas, conforme CFESS (2013, *apud* OLIVEIRA, ano, p. 56).

Almeida (2003, p. 2) explica que a Educação é um “dos modos de existência humana, do ser social e da organização da vida em sociedade”, ou seja, essa dimensão da vida social participa, juntamente com outras instituições, na função de socializar os sujeitos. Dessa forma, o trabalho dos/das assistentes sociais na Política Pública de Educação inclui interpretar a dinâmica desse direito social de tal forma que não se restrinja única e exclusivamente à instituição escolar, antes que englobe a “todos os níveis e modalidades de educação e ensino”, nos níveis federal, estadual e municipal (ALMEIDA, 2003, p. 4).

Em relação ao Ensino Fundamental, Almeida (2003, p. 5) cita que os/as profissionais do Serviço Social se deparam com as seguintes expressões da questão social, como o uso de entorpecentes pelos alunos, o aumento do número de famílias participantes de programas sociais, a gravidez na adolescência e a precarização das condições trabalhistas do corpo docente. Porém, vale destacar que as intervenções que se fazem necessárias nesses casos, não são de exclusividade de nenhuma categoria profissional (ALMEIDA, 2003, p. 6).

Almeida (2003, p. 7), explica que a pobreza é um dos maiores desafios no processo de trabalho do/a assistente social na Política Pública de Educação, pois como não existe uma definição do conceito de pobreza, “não há também a possibilidade de um consenso em torno de quem deve ser considerado eventualmente beneficiário de uma política de combate à pobreza”, conforme Stotz (2005, *apud* ALMEIDA, 2003, p. 9). Como o Estado tem adotado nas últimas décadas a política de desresponsabilização social, isto é, a transferência da sua responsabilidade no que tange à resolução das demandas sociais para as entidades de filantropia, as instituições financeiras Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, o FMI, recomendam que os sujeitos sejam “criativos” para lidar com as expressões da expressão social, segundo Valla (2005, *apud* ALMEIDA, 2003, p. 10).

Tendo esse concepção econômica, onde todos os setores sociais são vistos sob essa ótica, a Educação atual tem sido tratada como uma mercadoria, ou seja,

um direito social convertido a uma prestação de serviço, como um objeto que pode ser assim comercializado (ALMEIDA, 2003, p. 13).

Com a Lei n. 13.935/2019 (BRASIL, 2019) em vigor e os espaços sócio-ocupacionais sendo, aos poucos, ocupados pelos/as profissionais do Serviço Social na Educação, faz-se necessário, de acordo com a proposta dessa pesquisa, discutir sobre o trabalho e o processo de trabalho do/a assistente social na Política Pública de Educação, bem como a instrumentalidade e os instrumentais técnico-operativos.

3 O PROCESSO DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Este capítulo aborda a temática do conceito de trabalho e do processo de trabalho sob o ponto de vista do Serviço Social. Logo em seguida, será feita a explanação do processo de trabalho do/a assistente social na Política Pública de Educação, bem como os termos instrumentalidade e os instrumentais técnico-operativos, enfatizando a visita domiciliar e a visita institucional, os quais são o foco dessa pesquisa.

Marx (1985, *apud* SILVA, 2017, p. 27) conceitua o termo trabalho como:

um processo de que participa o homem e a natureza, [...] onde põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. [...] Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana.

Assim, o trabalho é indispensável à existência humana.

Referente ao processo de trabalho, Yamamoto (2010, *apud* SILVA, 2017, p. 29) diz que:

[...] implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho potencializam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto.

Diante do objeto de trabalho, primeiramente, o(a) profissional deve conhecer a realidade social do indivíduo, da família ou da comunidade que expressou uma determinada demanda (SILVA, 2017, p. 29). Após isso, poderá elaborar um processo de trabalho, o qual, por meio de determinado(s) instrumento(s), fará a

intervenção adequada para resolver a solicitação (SILVA, 2017, p. 29). Neste contexto, pode-se discorrer que o objeto de trabalho da área do Serviço Social é a questão social e suas múltiplas expressões (SILVA, 2017, p. 29).

O/a profissional do Serviço Social que está inserido na Política Pública de Educação, ou que realiza estudos sobre esse tema, antes, deve ter uma concepção tanto de educação: *O que é Educação? De qual Educação está sendo tratada neste espaço profissional?* Quanto ao significado da palavra qualidade: *O que é qualidade? De qual qualidade está sendo abordada neste debate sobre a Educação?*

A Educação deve proporcionar a emancipação por meio da apreensão do conhecimento produzido pela humanidade, ou seja, deve ser pensada na totalidade, como uma dimensão da vida social do sujeito (CFESS, 2013, p. 17 e 18). Assim, com esse caráter emancipatório, a Educação está intimamente ligada à “garantia do respeito à diversidade humana, da afirmação incondicional dos direitos humanos” (CFESS, 2013, p. 22).

Dessa forma, o/a assistente social na Política Pública de Educação possui atribuições e competências profissionais específicas as quais, somadas aos princípios e normas do Código de Ética Profissional por meio da independência técnica, conforme Barroco e Terra (2012, *apud* CFESS, 2013, p. 29), possibilitam a “garantia do acesso, da permanência, da gestão democrática e da qualidade da educação” (CFESS, 2013, p. 37), nos diferentes níveis de formação (CFESS, 2013, p. 41). Dessa forma, o cotidiano profissional do/a assistente social deve ultrapassar a execução de estudos socioeconômicos (CFESS, 2013, p. 41), antes, realizar “ações de execução, orientação, acompanhamento, investigação e socialização” (CFESS, 2013, p. 45), através de atividades “interdisciplinares, interinstitucionais e intersetoriais” (CFESS, 2013, p. 46), uma vez que a qualidade não se alcança com o processo de trabalho de um/a profissional apenas, mas sim por meio de uma construção coletiva, distinguindo-se das concepções teóricas de cidadania e democracia (CFESS, 2013, p. 46).

As ações profissionais dos/as assistentes sociais na Política Pública de Educação não devem estar restritas às abordagens individuais e nem ao atendimento junto às famílias (CFESS, 2013, p. 50), pois deve entender que o seu processo de trabalho necessita desvelar como essa política se inscreve nos

processos de reprodução das desigualdades sociais e a democratização dos espaços da Política de Educação (CFESS, 2013, p. 53).

Deve compreender, também, que a Educação, assim como toda e qualquer outra Política Pública, é um setor de disputa de poder e de manifestação de um pensamento hegemônico determinado por sujeitos que se encontram em todas as instâncias educacionais e modalidades de ensino. Pelo fato da Educação ser como um “ambiente de materialização dos conflitos sociais” (CFESS, 2013, p. 57), o/a assistente social, para conhecer essa dinâmica, deve participar dos conselhos de Educação, a fim de compreender o funcionamento dessa política e discutir formas de democratização dos processos de gestão educacional (CFESS, 2013, p. 53). Dessa forma, a Educação deve ser reconhecida como terreno de formação dos sujeitos e do posicionamento em favor da garantia dos direitos dos/as usuários/as, da socialização das informações com aqueles/as que compartilham do espaço da escola como lugar de exercício da democracia, do respeito à diversidade e de ampliação da cidadania (CFESS, 2013, p. 57).

A possibilidade de viabilizar a garantia de direitos no âmbito da Educação escolarizada, da creche à universidade - ou mesmo da educação não formal - desde a infância até a velhice, pode contribuir para formação de um sujeito conhecedor dos seus direitos, que se reconhece no processo de socialização, tornando-o cada vez mais autônomo nas suas escolhas e nas suas decisões, e na busca pela sua emancipação, ainda que esteja inserido em uma “sociedade de limites reais e objetivos” (CFESS, 2013, p. 58).

Por isso a relevância e urgência da inserção dos/as assistentes sociais nas equipes técnicas da Política Pública de Educação nas escalas federal, estadual e municipal, para que, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apliquem as dimensões interventivas do trabalho profissional de forma autônoma, para a garantia e a ampliação dos direitos da população usuária, segundo Barroso e Terra (2012, *apud*, CFESS, 2013, p. 29).

Dessa forma, os/as assistentes sociais que atuam na Política de Educação, devem ser cuidadosos e perspicazes em relação às “políticas” (CFESS, 2013, p. 41), às estratégias de acesso e permanência do ensino (CFESS, 2013, p. 42), às “políticas de assistência estudantil” (CFESS, 2013, p. 42), “pedagogia das competências” (CFESS, 2013, p. 45), para que a sua atuação profissional ultrapasse a concessão de bolsa ou de benefícios (CFESS, 2013, p. 41) mostrando a

desigualdade social que essa política, muitas vezes, acaba reproduzindo (CFESS, 2013, p. 43).

Sobre a qualidade de educação, citado no início deste capítulo, o CFESS orienta seus profissionais a olharem e debaterem esse assunto sob o viés do Projeto Ético-Político da categoria e da definição de sociedade classista (CFESS, 2013, p. 44). Sendo assim, para o exercício profissional que promove a autonomia do sujeito, faz-se necessário conhecer e apreender sobre instrumentalidade e os instrumentais técnico-operativos do Serviço Social.

3.1 INSTRUMENTALIDADE E INSTRUMENTAIS TÉCNICO-OPERATIVOS

Sobre o termo instrumentalidade, Guerra (2000, p. 1) explica que o sufixo “idade” remete “a capacidade, qualidade ou propriedade de algo”, fazendo com que, por meio dela, a intenção profissional seja convertida em resposta profissional. Assim, quando alguma condição, meio e instrumento são empregados para o cumprimento dos objetivos profissionais, o trabalho realizado foi fundamentado e conduzido pela instrumentalidade (GUERRA, 2000, p. 2).

O objetivo do exercício profissional do Serviço Social consiste em trabalhar nas manifestações da questão social. Essa teve origem na fase monopolista do Capitalismo e acabou se tornando no “objeto de intervenção sistemática e contínua do Estado” (GUERRA, 2000, p. 6). Assim, surge para diversas profissões e também para o Serviço Social, um campo na divisão sócio-técnica do trabalho, possuindo, assim, uma função social específica, as quais possuem origem nas *necessidades sociais*, transformando-se em demandas sociais para a profissão (GUERRA, 2000, p. 6).

Guerra (2000, p. 11), traz à superfície uma abordagem diferente para a instrumentalidade: a de mediação. Por meio dela, as dimensões são vinculadas e harmonizadas. Assim, “a competência técnico-operativa nos processos de trabalho do(a) assistente social diz respeito aos instrumentos utilizados para compreender a situação social apresentada” (SILVA, 2017, p. 35).

O presente trabalho aborda a competência técnico-operativa e, por esse motivo, é dada ênfase nesse *modus operandi* do exercício profissional (SILVA, 2017, p. 48). Segundo Sousa (2008, *apud* Silva, 2017, p. 50), os instrumentos do exercício profissional da área do Serviço Social estão divididos em 2 grupos: **os instrumentos diretos** - Entrevista, Grupo, Mobilização de Comunidades,

Observação, Reunião, Visita Domiciliar e Visita Institucional; e **os instrumentos indiretos** - Atas de Reunião, Diário de Campo, Livros de Registro, Parecer Social e Relato de Campo. Portanto, a intervenção desse(a) profissional não é imparcial, mas sim imbuída de intencionalidade, a fim de obter uma visão crítica da realidade, por meio do uso do instrumental (SILVA, 2017, p. 50), seja no atendimento individual ou no coletivo (SILVA, 2017, p. 51).

Por isso que, devido ao rigor técnico, a dimensão técnico-operativa contempla habilidades, capacidades e competências (SILVA, 2017, p. 51). O(a) profissional do Serviço Social realiza as suas atividades na esfera dos processos e das relações de trabalho (SILVA, 2017, p. 51) no espaço sócio-ocupacional e é nesse ambiente onde são oferecidas “as oportunidades, os desafios e os limites para a ação profissional” (LISBOA; PINHEIRO, 2005, *apud* SILVA, 2017, p. 52).

O/a assistente social, no seu espaço sócio-ocupacional, exerce as suas funções com características intencionais, pois almeja um determinado objetivo para com o/a usuário/a, a família, um grupo social ou uma instituição. Para isso, munido de fundamentação teórica, conhecendo os princípios, os deveres e os direitos como profissional da área, diante de uma demanda social, pode vir a realizar uma visita domiciliar e/ou uma visita institucional. Esses instrumentos técnico-operativos fazem parte do cotidiano do/a profissional e, conforme a proposta desse trabalho, somente esses elementos estão descritos logo a seguir.

3.1.1 A visita domiciliar

As primeiras visitas domiciliares foram realizadas pelas profissionais da área da Enfermagem, as enfermeiras visitadoras, porque nesta época surgiu a Enfermagem na Saúde Pública do Brasil (SILVA, 2017, p. 101). Rosen (1995, *apud* SILVA, 2017, p. 102) explica que nessas ocasiões, além dos problemas de saúde, eram tratadas as situações educacionais, habitacionais, os vínculos familiares e comunitários. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e o olhar sobre o homem como um sujeito de direitos, a visita domiciliar constitui um instrumento destinado “à prevenção, à promoção e à proteção”, fundamentado nos conceitos éticos, humanos e profissionais, tendo, assim, o objetivo de “conhecer a história, a constituição e a organização familiar” (SILVA, 2017, p. 102). Giongo (2002, *apud* SILVA, 2017, p. 102) explica que na visita domiciliar o/a assistente

social pode observar de forma participante a realidade do/a usuário/a no seu próprio ambiente.

Silva (2017, p. 103) cita que esse instrumento de intervenção profissional está presente na rotina dos processos de trabalho do/a assistente social em diversos espaços sócio-ocupacionais, como: Saúde, Sociojurídico, Habitação, Centro de Referência de Assistência Social, Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Centro de Atenção Psicossocial, Educação e dentre outros. Porém, não é de exclusividade de uso do Serviço Social, segundo Sousa (2008, *apud* SILVA, 2017, p. 104), entretanto é empregada como um instrumento de intervenção profissional quando se faz necessário um maior número de informações para a execução do exercício profissional (SILVA, 2017, p. 105).

Para a realização da visita domiciliar são necessários determinados procedimentos, os quais visam a um melhor aproveitamento do uso desse instrumento técnico-operativo (SILVA, 2017, p. 106 e 107):

- a) Pré-visita domiciliar/planejamento: cronograma do/a profissional; agendar com o/a usuário/a (quando possível); reservar o veículo da instituição.
- b) Visita domiciliar/execução: identificar-se; comentar sobre o objetivo da visita domiciliar; observar; usar a conversação dialógica e a escuta ativa; anotar o indispensável; realizar combinações; colocar-se à disposição e se despedir.
- c) Pós-visita domiciliar/documentação: registrar a visita domiciliar realizada, ou seja, elaborar um relatório contendo o cabeçalho da instituição, a data, a identificação do sujeito/da família/do grupo social; síntese dos acontecimentos (conduta e interação dos/as participantes, ambiente e o entorno da residência); citar as informações recebidas, as orientações fornecidas e as decisões tomadas; possibilidade de continuidade de atendimento e parecer.

Após a impressão e a assinatura pelo/a assistente social, esse relatório deve ser carimbado, contendo o número do registro profissional no Conselho Federal do Serviço Social e guardado na instituição para uso restrito desse/a profissional, conforme Silva (2017, p. 107).

Vale enfatizar que a observação é um instrumental técnico-operativo muito importante durante a realização da visita domiciliar, uma vez que é nesse momento que a realidade do sujeito/da família/do grupo social é analisada no seu cerne por meio do tom de voz e dos gestos corporais, como afirma Magalhães (2003, *apud* SILVA, 2017, p. 109), bem como do olhar, dos eventos, dos relatos, das relações

sociais e familiares, da localização geográfica e do entorno da residência, das condições habitacionais e de saneamento básico, dos serviços públicos disponíveis na localidade e a rotina familiar, de acordo com a explicação de Silva (2017, p. 107).

Além de observar - *escutar o não dito* -, o/a assistente social deve ter escuta ativa e qualificada, isto é, estar disposto a ouvir, pois é através desses discursos que são obtidas as informações para a compreensão da realidade social do indivíduo; ter capacidade para aceitar o sujeito na sua completude: seus princípios, seus valores e suas opiniões, mesmo que não concorde com ele (SILVA, 2017, p. 110).

Como toda visita domiciliar envolve comunicação, ou seja, diálogo entre o/a assistente social e a pessoa/família/grupo social visitado, são necessários o respeito e o contato visual por parte desse/a profissional, bem como uma linguagem compreensível para o/a seu/sua ouvinte, chamando o sujeito pelo nome ou da forma como desejar (SILVA, 2017, p. 108), bem como saber questionar, aguardar a resposta antes de realizar a próxima pergunta e não interromper o discurso do indivíduo enquanto estiver falando (SILVA, 2017, p. 111).

A visita domiciliar serve como um meio de perceber os significados, as ações e as relações que estão presentes no cotidiano (SILVA, 2017, p. 110). Assim, é um instrumento técnico-operativo que ultrapassa os limites sócio-ocupacionais e mais do que observar, escutar e ouvir, o/a profissional do Serviço Social precisa estar apto para o diferente, o imprevisto e o inacreditável (SILVA, 2017, p. 111). E, dependendo da demanda social, faz-se necessário a realização de uma outra visita - a visita institucional.

3.1.2 A visita institucional

Sousa (2008, *apud* SILVA, 2017, p. 112) explica em quais situações o/a assistente social visualiza a necessidade da realização de uma visita institucional: 1) Conhecer a instituição onde o sujeito possui algum tipo de vínculo; 2) Informar-se sobre o trabalho realizado pela organização; 3) Avaliar os serviços executados pelo estabelecimento. Por meio desse instrumental técnico-operativo, o/a profissional analisa as demandas sociais e/ou institucionais e estrutura os recursos das organizações que integram a rede (SILVA, 2017, p. 112).

As políticas sociais públicas exigem um trabalho em rede de caráter intersetorial e interdisciplinar, isto é, o/a assistente social trabalhará juntamente com representantes de outras áreas científicas os quais estarão presentes em outros

setores de serviços públicos, onde a sua participação no que diz respeito a discussão, avaliação, execução e resolução das demandas sociais da população usuária, dar-se-á conforme o Código de Ética do Serviço Social (CFESS, 1993) e do Projeto Ético-Político da categoria, devido às suas atribuições e competências profissionais específicas.

Pode-se considerar que o procedimento para a realização da visita institucional deve ser o mesmo quando se trata da visita domiciliar, ou seja, desde a disponibilidade de um veículo até o registro profissional da visita realizada, conforme Silva (2017, p. 113). Assim, a visita institucional permite ao/à assistente social “manter a rede articulada e colocá-la a par de recursos, programas, projetos e ações sociais e, posteriormente, informar a população usuária a respeito” (SILVA, 2017, p. 113). Assim, a participação de profissionais de outras áreas do conhecimento permite uma aproximação entre os setores públicos onde, através das informações atualizadas das suas respectivas organizações, os encaminhamentos são otimizados e as demandas sociais mais rapidamente atendidas (SILVA, 2017, p. 114).

A visita domiciliar e a visita institucional fazem parte do rol dos instrumentos técnico-operativos de trabalho presentes no cotidiano do/a assistente social. Essas ferramentas são muito importantes para a coleta de dados, pois complementam as informações que não foram possíveis de serem conhecidas por telefone ou por e-mail, por exemplo. Essas ações mostram ao/à assistente social, a realidade habitacional e institucional e, por meio delas, as demandas sociais são encaminhadas, podendo haver conexão entre os setores públicos que compõem a rede de serviços (SILVA, 2017, p. 112 e 113).

No capítulo abaixo, está descrita a metodologia da pesquisa utilizada para a produção desse trabalho.

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia desse TCC está dividida nas seguintes partes: 1) breve descrição do município de Montenegro/RS; 2) quantificação dos registros das visitas domiciliares e das visitas institucionais no Diário de Campo da professora-aluna-estagiária; 3) categorização das demandas educacionais que necessitaram das visitas domiciliares e das visitas institucionais; 4) realização da entrevista com o

assistente social na Secretaria de Educação e Cultura do município de Montenegro/RS.

4.1 O MUNICÍPIO DE MONTENEGRO/RS

O município de Montenegro está localizado no Estado do Rio Grande do Sul, ficando 69 km distante da capital Porto Alegre (via RS-240 e BR-116), podendo ser acessado pelas vias fluvial, ferroviária e por estradas estaduais, federais e regionais (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, 2015, p. 19 e 20). O nome gentílico é montenegrino(a) (IBGE, 2017). Sua data de fundação é 05 de maio de 1873 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, 2015, p. 23).

O município participa da Associação dos Municípios do Vale do Rio Caí, a AMVARC, do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Rio Caí, a CODEVARC, e, desde 14 de janeiro de 1999, compõe a Região Metropolitana de Porto Alegre, a RMPA (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, 2015, p. 19). Os principais dados socioeconômicos do município, conforme o IBGE e com a proposta desse trabalho são: a) População estimada (2021): 66.157 habitantes; b) Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2019): 2,8 salários mínimos e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDHM (2010): 0,755.

4.1.1 Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Município de Montenegro/RS

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, SMEC, está localizada na rua São João, n. 1301, no bairro Centro, cidade de Montenegro, no Estado do Rio Grande do Sul. Nesta nova gestão municipal (2021-2024), a responsável pelo setor é Cíglia da Silveira. De acordo com o órgão municipal:

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem por finalidade promover, coordenar e executar as atividades pertinentes ao ensino, à educação, ao desporto e à cultura no município de Montenegro, zelando pelo cumprimento dos respectivos programas, devendo, para tanto:

- I - planejar e coordenar a execução do Plano Municipal de Educação, articulado com as diretrizes estaduais e federais;
- II - estimular e promover atividades técnico-pedagógicas e de atualização para o corpo docente e administrativo das escolas;
- III - promover as atividades relativas à integração da criança no meio físico e social;
- IV - fazer executar as leis e regulamentos do ensino;
- V - efetuar o controle da rede escolar;

VI - realizar estudos e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação propostas referentes à criação, instalação, transformação, cessação de atividades ou extinção de escolas municipais, visando atender a demanda do alunado;

VII - organizar e manter atualizado o registro de estabelecimentos municipais de ensino;

VIII - programar e executar programas suplementares de alimentação, assistência à saúde, atividades desportivas e culturais em âmbito escolar, bem como gerir programas de transporte e material escolar;

IX - buscar integração dos processos culturais identificados no município de Montenegro de modo a, dinamicamente, preservá-los, acompanhando e estimulando a sua evolução;

X - promover a execução de atividades recreativas e desportivas;

XI - valorizar a cultura e preservar a memória histórica do município;

XII - preservar os valores históricos, coletando-os e documentando-os;

XIII - conservar, pesquisar e expor o acervo histórico e geográfico, com finalidade de estudo e pesquisa;

XIV - coordenar e/ou executar programa de informática educacional;

XV - oferecer apoio por ocasião dos eventos, quanto a conservação e higiene dos espaços públicos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, [198-?]).

A Tabela 1, mostra o números de instituições de ensino localizadas no município de Montenegro/RS:

Tabela 1 - Número de escolas ativas localizadas no município de Montenegro/RS no ano de 2014.

Educação Básica	Educação Infantil		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Técnico	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Ensino Superior
	Creche	Pré-escola						
Estadual	-	-	16	4	2	-	4	1
Municipal	8	22	20	-	-	-	1	0
Privada	6	6	2	2	3	1	1	2

Fonte: Prefeitura Municipal de Montenegro (2015).

No ano de 2015, aconteceu a 1ª Conferência Municipal de Educação na cidade, o que constituiu um marco na história da educação municipal. O Plano Municipal de Educação, o PME, foi elaborado de acordo com o PNE e o PEE - RS (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, 2015, p. 15). A Comissão Organizadora do PME de Montenegro, juntamente com as Equipes Técnicas da SMEC, com o Conselho Municipal de Educação e com outros setores da sociedade (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, 2015, p. 17), adotou as diretrizes do PNE, a fim de que o documento, ao ser implementado, fosse convergente às

metas e estratégias do PEE - RS e do PNE (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, 2015, p. 16).

Dito isto, as questões educacionais, somadas às particularidades de cada Estado, município, grupos específicos e tradicionais, como os quilombolas e os indígenas, por exemplo, mostram que além do PNE, do PEE e do PME, faz-se necessário a inserção de profissionais de outras áreas do conhecimento, para que as desigualdades educacionais sejam minimizadas, como a presença do/a assistente social nas equipes técnicas de trabalho das secretarias estaduais e municipais de educação. Com as suas competências e atribuições privativas, poderá assistir a comunidade escolar, a fim de sanar não só as desigualdades educacionais, antes, as desigualdades sociais, as quais são conhecidas pelas manifestações da questão social.

4.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa desse TCC é de caráter bibliográfica, documental, exploratória e qualitativa com dados quantitativos. A primeira etapa consistiu na análise documental por meio das legislações educacionais vigentes, bem como os documentos oficiais, relacionados à temática da Política Pública de Educação, emitidos pelo CFESS, e o diário de campo da professora-aluna-estagiária.

Para a segunda etapa, foi realizada a coleta de dados referente ao servidor público do Serviço Social, cujo codinome é *Cidadania*, foi realizada por meio de uma entrevista semi-estruturada, a qual foi agendada previamente, onde foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Apêndice A, para participar. O áudio da entrevista foi gravado no dispositivo móvel da autora desse TCC, via aplicativo Splend Apps - Gravador de Voz®, o qual foi transcrito e compõe o Apêndice B desse documento. A entrevista foi realizada com o intuito de compreender a efetividade da visita domiciliar e da visita institucional, na Política de Educação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS. A avaliação das visitas domiciliares e das visitas institucionais será analisada através do termo efetividade, onde Baptista (2000, *apud* Medeiros; Sviercoski, 2020, p. 112) explica que se trata da observação dos resultados, dos impactos e dos indicadores utilizados.

Na terceira etapa foi contabilizado o número de visitas domiciliares e visitas institucionais realizadas de maio a dezembro de 2021 por *Cidadania* e sua

estagiária, foram quantificadas de acordo com os registros da professora-aluna-estagiária no diário de campo, conforme pode ser observado na Tabela 2. O codinome escolhido, *Cidadania*, tem como justificativa o fato de compor o 3º item dos Princípios do Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 1993).

O diário de campo é um instrumento cuja finalidade é registrar as “observações, comentários e reflexões do exercício profissional”, ou seja, deve ir além de agendar tarefas, relatar os atendimentos e descrever as situações superficialmente, conforme Silva (2017, p. 176).

Nota-se que esse instrumento de registro é mais utilizado pelos/as acadêmicos/as de Serviço Social, quando se encontram no período de estágio supervisionado. E mesmo após a finalização do curso de Graduação, muitos não incluem essa prática nos seus processos de trabalho, seja por resistência, pela falta de tempo ou pela sobrecarga de trabalho (SILVA, 2017, p. 177).

Entretanto, quando o diário de campo é utilizado diariamente, permite a realização de análises mais criteriosas, pelo fato de proporcionar momentos de reflexão e de investigação do fazer profissional, conforme Silva (2017, p. 177). Por isso é importante a inserção do dia, do horário, do local e dos sujeitos envolvidos na rotina das suas ações profissionais, a fim de obter o maior número de informações possível para análise posterior (SILVA, 2017, p. 177).

Esse recurso, bem como qualquer outro instrumento técnico-operativo, precisa ser norteado pelo referencial teórico que justifica o seu uso. Dessa forma, conforme Silva (2017, p. 178), o/a autor/a do diário de campo fundamenta a sua prática profissional, ao realizar a análise social de forma mais aprofundada, como expõe as suas incertezas e os incidentes durante o exercício profissional.

Tabela 2 - Registro das visitas domiciliares e institucionais e suas respectivas demandas.

Visita domiciliar		Visita institucional		Demanda educacional
Quantidade	Relato da família	Quantidade	Relato da escola	
1	Família infectada pelo coronavírus.	1	Alunos cujas famílias não respondiam ao contato da escola.	Busca Ativa Escolar.

			Alunos não realizavam as atividades escolares.	
3	Presença do Conselho Tutelar.	-	-	Busca Ativa Escolar.
1	A mãe não podia ir à escola buscar o material, pois havia dado à luz há poucas semanas. Ela não permitia o filho ir buscar a apostila, pois era preciso atravessar a faixa para chegar à escola. O celular ficava com o esposo por motivos de trabalho.	-	-	Busca Ativa Escolar.
1	A mãe não tem contato com a escola e não retira o material, porque não tem condições financeiras para a compra dos materiais escolares.	1	Denúncia de estupro. O avô é o abusador e já foi preso. Uma aluna tem 2 irmãos mais novos que não têm registro civil.	Busca Ativa Escolar.
1	Construção da escola indígena. Solicitação de informações na SMEC sobre o Ensino Superior.	-	-	Construção da escola indígena. Solicitação de informações na SMEC sobre o Ensino Superior.
2	De 6 a 8 crianças nas residências. Atendimento e acompanhamento do AEE na escola.	-	-	Busca Ativa Escolar.
	O aluno havia sido atropelado e estava com a perna engessada. A avó disse que o pai abandonou ele e o irmão. Às vezes o aluno chora e diz que não quer voltar para a escola.	-	-	Busca Ativa Escolar.
1	A mãe já estava de saída para realizar a matrícula na escola/creche.	-	-	Busca Ativa Escolar.

4	A responsável estava em casa para receber a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTÉA).	-	-	Busca Ativa Escolar.
	Busca ativa.	-	-	Busca Ativa Escolar.
	A aluna estava com infecção urinária e não havia monitora na escola.	-	-	Busca Ativa Escolar.
	A família havia mudado o endereço.	-	-	Busca Ativa Escolar.
4	Os responsáveis estavam desempregados e, por isso, não conseguiam realizar a compra dos gêneros alimentícios.	-	Busca ativa	Busca Ativa Escolar.
	A mãe estava dormindo devido ao trabalho.	-	-	Busca Ativa Escolar.
	A mãe está convencendo a filha a voltar à escola em 2022.	-	-	Busca Ativa Escolar.
	A família estava sem contato, pois os celulares estavam estragados (atividades realizadas).	-	-	Busca Ativa Escolar.
1	Não vai à escola pelo fato dos colegas rirem dela durante a leitura. A mãe disse que foi chamada de "burra" pela profª. A aluna joga <i>Free Fire</i> o dia todo, não ajuda a mãe nas tarefas domésticas e nem o irmão que possui necessidades especiais.		Busca ativa	Busca Ativa Escolar. O assistente social pediu acolhimento da escola.
			24.11 e 1º.12: Roda de Conversa na Escola: AS e Psico da SMEC.	
1	Busca Ativa.		Busca ativa	
Total	23 VD's			4 VI's

Fonte: Autora (2021).

Os dados acima mostram que, em sua grande maioria, os fatores externos acabam por impedir o acesso das crianças e dos adolescentes à escola e,

consequentemente, à Educação. As causas vão desde a alimentação insuficiente até a falta de vagas nas instituições escolares do município de Montenegro/RS. As informações descritas nas colunas Relato da Família e Relato da escola foram o mais próximo possível dos registros realizados no diário de campo da professora-aluna-estagiária.

Como os módulos da Prática de Estágio Supervisionado foram realizados durante o período de pandemia da COVID-19, pode-se entender que nos casos onde as famílias dos alunos visitados estavam desempregadas, ou com uma redução significativa na sua renda mensal, acarretou na diminuição do consumo de alimentos, de material escolar e de manutenção do aparelho celular, o qual se tornou no item essencial para a frequência escolar desde fevereiro de 2020. E como os/as alunos/as não participavam das aulas remotas ou híbridas, as famílias não buscavam o material didático e nem se comunicavam com a escola, as Equipes Diretivas encaminhavam esses sujeitos para a SMEC, a fim que fosse realizada a Busca Ativa Escolar.

A visita ao Loteamento dos Indígenas foi realizada com a finalidade de conhecer a realidade dos indígenas *Kaingang*, onde informaram sobre a paralisação da construção da escola, a solicitação à Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul em contratar professores nativos para lecionar às crianças na sua língua materna. O cacique relatou que havia buscado informação na SMEC sobre o ingresso ao Ensino Superior, pois alguns indígenas mostravam interesse para esse nível de ensino. Vale ressaltar que, meses depois dessa visita domiciliar, segundo o Jornal Ibiá, as 33 famílias presentes na aldeia mudaram-se para o município vizinho - Capela de Santana (GAUTÉRIO, 2022).

A quarta etapa resultou em discutir, categorizar e analisar, conforme os objetivos específicos dessa pesquisa, as informações coletadas da entrevista com *Cidadania*.

Como foi citado anteriormente, não fazia parte da Equipe Técnica da SMEC um/a profissional da área do Serviço Social. Assim, para atender as demandas educacionais, uma assistente social da SMS era quem realizava as intervenções sobre as manifestações da questão social que afligiam os sujeitos. E mesmo com a publicação da Lei n. 13935/2019, a Prefeitura Municipal de Montenegro ainda não havia se mobilizado para que essa realidade fosse modificada. Assim, a iniciativa da mudança partiu de *Cidadania* que, na época, ocupava um cargo na Diretoria da

Assistência Social e Cidadania na Secretaria Municipal de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania (SMHAD) no município. Isso mostra a importância do/a profissional acompanhar as leis que são decretadas em todas as políticas públicas.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a coleta dos dados para essa pesquisa, a gravação da entrevista de *Cidadania* por meio de um aplicativo de celular, seguida de transcrição, as informações foram examinadas em categorias de análise, conforme as propostas dos objetivos específicos, como mostra a Tabela 3:

Tabela 3 - Correlação entre objetivo específico e categoria de análise.

Objetivo específico	Categoria de análise
Pesquisar sobre a trajetória histórica da Política de Educação.	Referencial teórico e currículo acadêmico.
Discutir o processo de trabalho e a instrumentalidade para o exercício profissional na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS.	Processo de trabalho e instrumentalidade.
A visita domiciliar e a visita institucional sob a ótica do assistente social na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS.	A efetividade da visita domiciliar e da visita institucional.

Fonte: Autora (2022).

A discussão dos dados foi realizada sob a ótica da Análise de Conteúdo, segundo Bardin. A fim de não tornar o trabalho extenso, mas sem perder a essência das informações coletadas na entrevista, foram extraídos os trechos com os elementos mais relevantes para constar nesse trabalho. A seguir, encontra-se a primeira categoria de análise: Referencial Teórico e Currículo Acadêmico.

5.1 REFERENCIAL TEÓRICO E CURRÍCULO ACADÊMICO

A primeira categoria de análise refere-se ao objetivo específico: Pesquisar sobre a trajetória histórica da Política de Educação. Essa categoria teve origem durante o processo de análise documental da legislação profissional e da transcrição da entrevista com o *Cidadania*. Para a apresentação dos dados, as informações que respondem ao objetivo específico, obtidas na entrevista, serão descritas para a discussão da categoria de análise.

Sobre o currículo acadêmico de *Cidadania*, foi destacado o seguinte trecho para análise:

“Eu sou assistente social formado pela Universidade Federal do Pampa, é...me formei em dois mil e catorze, e logo na minha formatura, já consegui passar em concursos. Então, assumi na Prefeitura de Harmonia, em março de dois mil e catorze já e trabalhei lá até agosto de dois mil e quinze e depois já assumi é...Montenegro. Em Montenegro passei pelas, pela Política de Saúde, pela Política de Assistência Social e agora estou na Política de Educação. Então, já estou é atuando dentro do município de Montenegro desde agosto de dois mil e quinze”.

A formação profissional de *Cidadania* está de acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 1993) e a Lei n. 8.662/1993 (BRASIL, 1993), a Lei de Regulamentação da Profissão, onde consta que poderão exercer a profissão de assistente social, em todo o Brasil, todos aqueles que obtiverem “diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente” (BRASIL, 1993). Nota-se, também, que *Cidadania* exerce o seu direito profissional, ao buscar “um aprimoramento profissional de forma contínua” (CFESS, 1993, p. 26), conforme está relatado abaixo:

“[...] tô finalizando a pós em Docência do Ensino Superior[...]”.

Mesmo não sendo um curso sobre o Serviço Social na Educação, esse profissional tem o conhecimento de que a Educação, não é estanque, mas sim, um processo, um movimento contínuo.

No trecho a seguir, pode ser observado, que *Cidadania* possui o registro profissional no CRESS para o exercício das suas atribuições privativas, conforme a determinação do Código de Ética da categoria (CFESS, 1993, p. 27 e 44):

“É...a relevância do, do CRESS é a questão de a gente poder exercer a nossa profissão [...]”.

Assim, *Cidadania* realiza suas atividades profissionais e trabalhistas de forma legalizada nas dependências da SMEC no município de Montenegro/RS.

Sobre o referencial teórico adotado para o exercício profissional na Política Pública de Educação na SMEC, *Cidadania* respondeu:

“Então, eu tenho a legislação...tem o ECA aqui do meu lado, eu tenho é...a LDB, né, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, eu tenho estudado mais essas questões mais voltadas pra educação pra poder entender melhor a política, [...] e dentro da profissão os, as orientações CRESS, CFESS, Código de Ética, [...] Então, o referencial teórico não é apenas é...um documento, é o que a gente aprendeu durante todo o processo de trabalho, o que eu trago de aprendizagem das outras secretarias, isso me ajuda muito, [...] Então, o meu referencial teórico está se construindo ainda, [...]”.

O discurso acima demonstra que *Cidadania* tem exercido as suas atividades profissionais, conforme as legislações vigentes referentes à Educação, a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) e à criança e ao adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Isso demonstra que *Cidadania*, ao trabalhar para a garantia do direito à Educação, bem como ao acesso e permanência na escola, realiza estudos sobre a Política Pública de Educação. Assim, *Cidadania* está de acordo com a proposta da SMEC, onde, por meio das suas atividades profissionais busca “fazer executar as leis e regulamentos do ensino” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, [198-?]).

Em síntese, os dados analisados nessa primeira categoria, mostram que *Cidadania* possui formação acadêmica, conforme a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), está em um processo de formação continuada (BRASIL, 1993) e possui como referencial teórico a legislação vigente da categoria profissional

do Serviço Social (BRASIL, 1993), a lei educacional vigente (BRASIL, 1996) e a de proteção aos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 1990), bem como as aprendizagens e as experiências adquiridas durante o período de exercício profissional em outras políticas públicas. Assim, está de acordo com as atribuições privativas profissionais, estando devidamente registrado no órgão de classe da categoria, onde realiza as suas atividades profissionais na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS.

Logo abaixo, a segunda categoria contempla o Processo de Trabalho e Instrumentalidade.

5.2 PROCESSO DE TRABALHO E INSTRUMENTALIDADE

Esta segunda categoria corresponde ao seguinte objetivo específico: Discutir o processo de trabalho e a instrumentalidade para o exercício profissional na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS. A análise desse subitem será realizada conforme os dados da pesquisa documental e a transcrição da entrevista com *Cidadania*.

Ao ser questionado sobre o processo de trabalho, *Cidadania* informou que:

“[...] o processo de trabalho é adequar os meios a um fim e agir em cima disso. É dentro da Política de Educação, né, a gente tem o processo de trabalho, a gente tem uma demanda, a gente tem...é, dentro desse processo de trabalho os contatos que a gente precisa fazer, a gente tem as intervenções, a gente tem as mediações, a gente tem os encaminhamentos, a gente tem as orientações, [...] E o processo de trabalho [...] envolve todas essas questões, [...]”.

Sobre o processo de trabalho e Serviço Social, Iamamoto (1999, *apud* SOUZA, 2016, p. 26) explica que “existe um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado”, e essa *especialização* consiste nas competências e nas atribuições profissionais, conforme o Código de Ética do/a Assistente Social (BRASIL, 1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), conforme CFESS (2013, p. 25).

As demandas sociais, conforme ABEPSS (1996, *apud* CFESS, 2013, p. 26), ao serem identificadas, exigem a elaboração de respostas profissionais no

enfrentamento das expressões da questão social, o que constitui o objeto de trabalho do Serviço Social. Isso pode ser verificado na fala de *Cidadania*, pois ao receber a demanda educacional de uma determinada escola, os processos de trabalho consistem nas ações de contatar, intervir, mediar, encaminhar e orientar. Dessa forma, o trabalho de *Cidadania* é um trabalho de caráter coletivo, ou seja, interdisciplinar e de relação direta com o usuário (SOUZA, 2016, p. 27), pois ao conhecer a realidade desse sujeito, executa o seu trabalho através dos instrumentos técnico-operativos, fazendo com que haja a garantia do acesso aos direitos sociais, por meio de políticas sociais, programas, projetos, bens e serviços, segundo ABEPSS (2009, *apud* SOUZA, 2016, p. 29).

Sobre a instrumentalidade, *Cidadania* relatou que:

“[...] é importante lembrar que os instrumentais não são os instrumentos de trabalho, os instrumentos estão dentro dos instrumentais, mas os instrumentais são toda uma construção é teórica e prática de vivência de experiência, de estudo que a gente constrói. Então, isso é o meu instrumental de trabalho e os instrumentos são a visita domiciliar, a entrevista, é...relatório, os encaminhamentos, né, então esses são os instrumentos que a gente utiliza dentro do nosso processo de trabalho.”

Referente ao trecho destacado, Guerra (2000, p. 2) explica que a instrumentalidade proporciona que a intencionalidade profissional seja transformada em resposta profissional. Assim, no nível do cotidiano profissional e do sujeito, através dessa capacidade de converter as relações interpessoais e pessoais, os/as assistentes sociais realizam o seu exercício profissional carregada de intencionalidade e de objetividade (GUERRA, 2000, p. 2).

Guerra (2000, p. 13), entende que a instrumentalidade se baseia na cultura profissional, isto é, no “acervo cultural (re)construído pelo profissional”, formado pelo projeto e perfil profissional, referencial técnico e teórico-metodológico, princípios, objetivos e objetos. Esses elementos são os condutores das escolhas ético-políticas, técnicas e teóricas, onde estão traçados “os resultados e meios de realização quanto as consequências” profissionais - individual e coletiva (GUERRA, 2000, p. 13 e 14).

Diante do objeto de trabalho, o/a profissional do Serviço Social, por meio da cultura profissional, modifica as múltiplas realidades que se lhe apresentam

cotidianamente, como a sua própria, como indivíduo e profissional, a da instituição empregadora, a da Equipe Técnica de trabalho e a do/a próprio/a usuário/a (GUERRA, 2000, p. 14). É importante observar que *Cidadania* não “reduz a intervenção profissional à sua dimensão instrumental”, segundo Guerra (2000, p. 10), isso quer dizer que tanto as suas ações quanto às demandas sociais não são respondidas de forma “imediate e instrumentalmente ao cotidiano” (GUERRA, 2000, p. 12), pois o seu trabalho e os processos de trabalho possuem objetividade. Assim, *Cidadania* entende que os seus objetivos profissionais não são alcançados pela “razão instrumental” (GUERRA, 2000, p. 14), mas que os instrumentos sejam empregados para o alcance dos objetivos e das finalidades profissionais. Assim, a terceira e última categoria de análise, conforme a proposta dessa pesquisa, aborda a visita domiciliar e a visita institucional.

5.3 A VISITA DOMICILIAR E A VISITA INSTITUCIONAL

Referente à visita domiciliar, *Cidadania* explicou que:

“A importância da visita domiciliar, né, da Educação, é...digamos imprescindível que aconteça, por quê. [...] Então, pra conhecer melhor a realidade dessa família e do que essa família está falando, a gente vai até à casa dessa família”.

Souza (2008, p. 125) explica que “a linguagem é o instrumento número um de todos os profissionais” e Iamamoto (1995, *apud* SOUSA, 2008, p. 125) descreve que “o Serviço Social, [...] tem como recurso básico de trabalho a linguagem”. Por meio da interação de comunicação entre a escola, a creche, família do/a estudante e *Cidadania*, esse decide se há a necessidade ou não da realização da visita domiciliar (SOUSA, 2008, p. 125).

Sobre a visita domiciliar, *Cidadania* fez o seguinte relato:

“Então, a gente utiliza esse instrumento técnico-operativo pra...ahm, conhecer os modos de vida dessa família, né, é...e pra poder intervir, poder encaminhar de uma forma melhor, mais adequada [...]”.

A visita domiciliar, segundo Sousa (2008, p. 126), é classificada como um instrumento direto ou “face a face”, cujo objetivo é conhecer as condições, as

relações e o modo de vida do cotidiano do/a usuário/a no seu domicílio (SOUSA, 2008, p. 128). Mediante esse instrumento técnico-operativo, *Cidadania* aproxima a realidade vivenciada pelo sujeito da instituição de ensino.

Sobre a atribuição dos professores diante das situações vivenciadas pelos/as alunos/as nas suas residências, *Cidadania* informou:

“Então, daqui a pouquinho uma situação na escola pode estar sendo vivenciada pela criança em casa, a escola não tem como saber, porque tanto não tem como saber, que os professores e diretores não têm essa incumbência de conhecer a casa, de visitar, não está dentro do...da atribuição dos professores”.

Nesse discurso, *Cidadania* exemplifica a necessidade e a relevância da inserção dos/as assistentes sociais nas redes públicas de Educação. Entretanto, a Lei n. 13.935/2019 (BRASIL, 2019) limita a atuação profissional do/a assistente social, ao descrever que suas ações serão realizadas na Educação Básica, pois sabendo que a Educação é um movimento contínuo - Educação Continuada -, faz-se necessário a participação desses/as profissionais na Política Pública de Educação nas equipes multiprofissionais da Educação Infantil até o Ensino Superior. Assim, torna-se urgente mais um movimento do conjunto CFESS/CRESS para que essa lei, a curto prazo, seja modificada, com a finalidade de que o corpo discente de todos os níveis e modalidades de ensino (presencial, à distância e híbrido) venham a ser atendidos pelos/as profissionais do Serviço Social, uma vez que não são somente as crianças e os adolescentes que vivenciam as manifestações da questão social.

As demandas sociais manifestadas pela comunidade escolar não são atendidas pelos/as profissionais da Educação e nem podem ser, pois a competência e as atribuições profissionais dessa categoria de trabalho limitam-se aos *muros da escola*, como a reunião com os/as responsáveis, com o corpo docente, com a equipe Diretiva, a de Supervisão e a de Orientação Educacional. Assim, as necessidades sociais dos/as alunos/as e de suas famílias, de acordo com a proposta dessa pesquisa, somente serão escutadas, acolhidas, atendidas, examinadas, encaminhadas e resolvidas, se e somente se estiverem sob os cuidados de *Cidadania* e dos/as profissionais que possuem o conhecimento específico para tal - os/as assistentes sociais. Quando são tratadas dessa forma, *Cidadania* explicou:

“É...então, é tem sido fundamental pros encaminhamentos, tem sido fundamental pros encaminhamentos, é questão de transporte, questão educacional, questão é...de...de materiais precisam ser fornecidos para essas crianças, é tem sido fundamental entender a realidade dessas famílias, dessas crianças, é porque tu chega nas casas e...e tu consegue visualizar melhor e fazer os encaminhamentos mais assertivos naquela família, é por consequência, transformando, né, a situação daquela família ou é...minorando as expressões da questão social ou...é...fazendo os encaminhamentos mais pertinentes e corretos”.

O objetivo da visita domiciliar reside no fato de “analisar as condições sociais de vida e de existência de uma família ou de um usuário - pois é esse “olhar” que determina a inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho” (SOUSA, 2008, p. 128). É esse “olhar” alicerçado na cultura profissional durante a visita domiciliar, que faz com que o/a assistente social seja esse/a profissional capaz de analisar tanto as condições de moradia, como as da comunidade e, também, as da instituição de ensino, por meio do uso de um outro instrumento técnico-operativo: a visita institucional.

O artigo 11º da LDB (BRASIL, 1996), determina que o governo municipal é o responsável pelo transporte escolar dos discentes da rede municipal. Assim, a SMEC busca cumprir ao “programar e executar programas suplementares [...] bem como gerir programas de transporte e material escolar” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO, [198-?]). Mesmo que *Cidadania* não tenha elaborado nenhum programa sobre o transporte e o material escolar, de maio a dezembro de 2021, durante as visitas domiciliares, têm observado as expressões da questão social, onde o/a aluno/a tem tido dificuldade em acessar à escola devido ao transporte ou a falta de utensílios escolares.

Dessa forma, a visita domiciliar mostra-se efetiva na Política de Educação na SMEC no município de Montenegro/RS, onde, por meio desse instrumento técnico-operativo, *Cidadania* conhece a realidade do sujeito e realiza os encaminhamentos necessários para a superação das expressões da questão social da família da residência visitada. Pode-se concluir, que sua ação profissional de visitar a residência de uma família, produz o resultado planejado, ao promover o acesso a garantia de direitos aos indivíduos, conforme Baptista (2000, MEDEIROS; SVIERCOSKI, 2020, p. 112).

Em relação à visita institucional, **Cidadania** explicou que:

“A visita institucional é...ela entra dentro do...do objetivo de conhecer melhor a...a política que eu estou inserido hoje, né. Então a Política de Educação a gente tem 28 escolas hoje e eu realizar a visita institucional, que é a visita nas escolas, né, hoje é fundamental, assim, fundamental, porque eu preciso além de conhecer as escolas, eu preciso conhecer os professores, conhecer as direções das escolas, né, que é as pessoas com quem eu tenho acesso no trabalho [...]”.

Sousa (2008, p. 129) cita 3 fatores determinantes para que uma instituição receba a visita de um/a assistente social: 1) Conhecer o vínculo sujeito-instituição; 2) Conhecer o trabalho desenvolvido pela instituição; 3) Avaliar a qualidade e a cobertura dos serviços prestados pela instituição. Referente aos itens 2 e 3, o objetivo da visita institucional consiste em “conhecer e avaliar a qualidade da política social” (SOUSA, 2008, p. 129). Assim, observa-se que através desse instrumento técnico-operativo, **Cidadania** passa a conhecer a Política de Educação do município de Montenegro/RS: as escolas, o corpo Docente e as Equipes Diretivas.

Além de conhecer os recursos humanos, **Cidadania** relatou que:

“[...] conhecer a localidade onde aquela escola está inserida, isso é fundamental até pros encaminhamentos com os próprios professores assim. Então, é...a gente precisa fazer esse diagnóstico sócio-territorial das escolas, de onde elas estão inseridas, de como é o bairro qual que é a renda: se é uma escola mais rural, escola mais urbana, se é uma escola onde tem mais histórico de violência, se é uma escola onde tem histórico de vulnerabilidades sociais, [...]”.

A visita institucional permite ao/à assistente social “uma busca ativa que propicia o mapeamento do território” (Silva, 2017, p. 113). Dessa forma, é possível conhecer não somente os sujeitos que compõem a comunidade escolar, mas, também, o espaço que ocupa na referida localidade. E baseado no conhecimento específico da área das Ciências Sociais Aplicadas, **Cidadania** consegue inferir qual é a renda das famílias residentes no entorno da escola e conhecer o histórico social da comunidade escolar.

Esse instrumento técnico-operativo permite conhecer os atendimentos em outros setores do serviço público do município de Montenegro/RS, conforme pode ser observado no discurso de *Cidadania*:

“[...] tem escolas [...] com [...] muitos acompanhamentos no Conselho Tutelar, muitos acompanhamentos na Saúde, em diversas escolas. [...] Então, dentro desse contexto de entendimento da Política de Educação, da política que eu estou inserido é fundamental as visitas, ahm...desse instrumento técnico-operativo da visita institucional”.

Conforme a vigência da Lei n. 13.935/2019 (BRASIL, 2019), a prestação de serviço da área do Serviço Social contempla somente a Educação Básica, logo é exigido de *Cidadania* conhecer, também, se as crianças e os adolescentes das 28 escolas têm sido acompanhados pelos serviços da área da Saúde, se o Conselho Tutelar tem realizado muitas intervenções e por quais motivos. Assim, a visita institucional, quando realizada de forma planejada, com objetivo claro e um preparo teórico e técnico de *Cidadania*, propicia conhecer o trabalho dos serviços públicos que compõem a rede no que diz respeito ao atendimento e à proteção do alunado dos 4 aos 17 anos de idade.

Dessa forma, *Cidadania* fortalece a rede e informa a comunidade escolar sobre os programas, os recursos, os projetos e as ações sociais (SILVA, 2017, p. 113) no município de Montenegro, assim como participa dos processos de intersetorialidade e interdisciplinaridade (SILVA, 2017, p. 112), quando aciona outros serviços públicos para atender as crianças e os adolescentes, bem como as suas famílias, como o CRAS, o CREAS e o CAPS, por exemplo. Essas parcerias institucionais têm o objetivo claro de defender os direitos das crianças e dos adolescentes, conforme as disposições do ECA:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 1990).

O trabalho de *Cidadania* na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS, visa ao acesso à garantia de direitos das crianças e adolescentes que compõem o alunado das 28 escolas municipais, na zona urbana e na zona rural. E conforme os dados da Tabela 2, durante o período da pandemia da COVID-19, muitos/as alunos/as não participavam das aulas nos formatos *on-line* e híbrido e, somado a isso, os/as responsáveis não retiravam/devolviam o material didático preparado pelo/a professor/a e nem se comunicavam com a escola. Esses eventos faziam com que os/as diretores/as encaminhassem esses sujeitos para Cidadania, a fim de que fosse realizada uma intervenção - Busca Ativa Escolar, para resolver a situação vivenciada pelo/a aluno/a.

Assim, o direito ao acesso à Educação e à permanência na escola, através da Política de Educação da SMEC do município de Montenegro, foram alcançados por meio das intervenções profissionais de *Cidadania*, a visita domiciliar e a visita institucional, provocando “mudanças qualitativas significativas e duradouras nas condições de vida [...]”, conforme Barreira (2002, *apud* MEDEIROS; SVIERCOSKI, 2020, p. 112), desses sujeitos, das suas famílias e da comunidade escolar, promovendo o direito à saúde e à vida (BRASIL, 1990).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação escolarizada no Brasil teve as suas primeiras manifestações na primeira metade do século XVI, com a chegada da Companhia de Jesus (Dentz e Silva, 2015). Até o início do século XX, a porcentagem de analfabetos ultrapassava os 50 % (DENTZ e SILVA, 2015, p. 14). Porém, Anísio Teixeira e outros atores envolvidos com a Educação, entendiam que se tratava de um direito que deveria ser alcançado por todos, pelo fato de ser um elemento social que promove a formação de cidadania para o ser humano, segundo Carvalho (1998, *apud* DENTZ e SILVA, 2015, p. 14).

Com a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), a Educação torna-se um direito social, dever do Estado e da família. E menos de uma década depois, a Lei n. 9,394/1996 (BRASIL, 1996) foi um passo importante no processo de estruturação da Educação Nacional.

No ano de 2014, foi sancionada a Lei 13.005/2014 (BRASIL, 2014) como uma ferramenta para diminuir as desigualdades educacionais no Brasil, com vigência até o ano de 2024. Tendo esse documento como base, os Estados, o Distrito Federal e os municípios tiveram que elaborar ou modificar os seus projetos, Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de Educação, respectivamente, a fim de se adequarem ao Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

O governo municipal é o responsável pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental (BRASIL, 1988) e, apesar de todo o trabalho da comunidade escolar e dos repasses das verbas para a Educação, os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica têm ficado abaixo das metas estabelecidas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020). Isso mostra que a causa do baixo aproveitamento do corpo discente das escolas municipais no Brasil, não está estritamente ligada aos fatores dentro dos *muros da escola*.

A Lei n. 13.935/2019 (BRASIL, 2019) determina que a rede pública de educação seja atendida pelos/as profissionais do Serviço Social, uma vez que as desigualdades sociais enfrentadas pelo corpo discente e suas famílias, são preponderantes no processo de ensino-aprendizagem escolar, bem como os profissionais da Educação também são afligidos pelas manifestações da questão social.

Hoje, os/as assistentes sociais estão se especializando na área do Serviço Social na Educação, a fim de realizarem as suas atividades profissionais nas instituições escolares, por meio das suas competências, habilidades, técnicas e conhecimentos específicos. Nesse contexto, o presente trabalho abordou a temática da visita domiciliar e da visita institucional como instrumento técnico-operativo no processo de trabalho do assistente social na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS.

Os dados coletados para essa pesquisa tiveram como fonte a entrevista e os registros das visitas domiciliares e das visitas institucionais realizadas durante os meses de maio a dezembro de 2021 no diário de campo. Ambos os instrumentos foram realizados com a participação de *Cidadania*. Após o cumprimento dessas etapas, foram traçadas 3 categorias para as informações obtidas serem estudadas sob o viés da Análise de Conteúdo, segundo Bardin.

A primeira categoria, Referencial Teórico e o Currículo Acadêmico, *Cidadania* possui graduação em nível superior (BRASIL, 1993) e está em processo de finalização de um curso de Pós-Graduação na área da Educação. Possui registro profissional no CRESS, para assim poder exercer a profissão de forma legalizada (CFESS, 1993). Possui como referencial teórico a LDB (BRASIL, 1996), o ECA (BRASIL, 1990) e o período de experiência profissional adquirido em outras políticas públicas.

A segunda categoria analisada, Processo de Trabalho e Instrumentalidade, foi possível observar, no discurso de *Cidadania*, que os processos de trabalho consistem em várias ações, como contatar, intervir e orientar. E que a instrumentalidade consiste no conhecimento teórico e nas experiências vivenciadas, as quais auxiliam na tomada de decisão sobre o uso ou não de um determinado instrumento técnico-operativo. Dessa forma, os processos de trabalho são intencionais, logo, não faz da sua dimensão instrumental a sua intervenção profissional (GUERRA, 2000, p. 10).

A terceira e última categoria elaborada para a análise e discussão, a Visita Domiciliar e a Visita Institucional, *Cidadania* relatou que são instrumentos técnico-operativos muito importantes no seu cotidiano. O primeiro, permite-lhe conhecer a residência da criança ou do/a adolescente, a fim de entender a demanda social da família, para, depois, encaminhar, orientar e informar assertivamente e, o último, permite conhecer as 28 escolas municipais, distribuídas na zona rural e na zona

urbana no município de Montenegro, bem como os profissionais da educação e as famílias do corpo discente. A visita institucional permite que *Cidadania* conheça o entorno da escola e, assim, consegue identificar o caráter social da Educação e da escola para a comunidade local. Através das visitas quantificadas no diário de campo da professora-aluna-estagiária, foi possível identificar que a grande maioria dos registros, referem-se a Busca Ativa Escolar, onde *Cidadania* pode realizar os encaminhamentos para outros serviços públicos, como Saúde, CRAS e CAPS - fazendo, assim, a conexão entre os setores municipais que compõem a rede (SILVA, 2017, p. 113), por meio do trabalho interdisciplinar e intersetorial.

Os limites e os desafios para *Cidadania* na SMEC são muitos, uma vez que o país ainda se encontra no período de pandemia da COVID-19, onde as desigualdades sociais e, conseqüentemente, as educacionais estão mais explícitas, e as crianças e os adolescentes das escolas públicas têm apresentado maiores dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, quando comparadas ao corpo discente das escolas particulares.

Cidadania ainda está no processo de conhecer a Política Pública de Educação no qual está inserido, buscando conhecer as escolas municipais, bem como as Equipes Diretivas, o Corpo Docente e as famílias dos alunos. Por meio das visitas domiciliares e das visitas institucionais, tem conseguido encaminhar e orientar os usuários, bem como trabalhar de forma interdisciplinar e intersetorial, uma vez que, dependendo da demanda social, a criança ou o/a adolescente, bem como a sua família, necessite de atendimento em mais de um setor do serviço público.

Concluo essa etapa estando plenamente satisfeita com a minha trajetória individual – reconhecendo-me como mulher e negra, escrevendo sua história no estado brasileiro onde a história do povo negro tem sido projetada para ser negada e esquecida, porém resistimos! Social: circulando nos mais diversos espaços, sejam públicos ou privados; acadêmica: tutoras, colegas, GETFS, prof^a Cleci e locais de Estágio Supervisionado.

A UNINTER me mostrou que, independentemente da modalidade de ensino, sou eu quem faço o curso acontecer: com disciplina, organização e gestão do tempo. Sugiro que o currículo seja revisitado, pois temas como a Educação, o Esporte e o Meio Ambiente necessitam também ser debatidos pelo Serviço Social.

Mais uma vez, estou realizada com o curso de Bacharelado em Serviço Social, modalidade à distância, do Centro Universitário Internacional UNINTER e,

também, com o Polo de Apoio Presencial - Montenegro/RS, pois retorno para a escola não somente como a sora Alessandra, mas a sora-assistente social Alessandra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Disponível em:

<https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_persp_ectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 05 out. 1988.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 dez. 2021.

_____. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 02 mar. 2022.

_____. **Lei Nº 8.662, de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 02 mar. 2022.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 dez. 2021.

_____. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 07 jan. 2022.

_____. **Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 11 dez. 2019. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm>. Acesso em: 11 jan. 2022.

_____. Ministério da Educação. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS. 2011a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Educação**. Série 3: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

DENTZ, M. V.; SILVA, R. R. D. da. Dimensões históricas das relações entre Educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar., 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5JGhKMMx6hHsvdvnDF7Y4c/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 14.705, de 25 de junho de 2015**. Assembleia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE –, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE. Porto Alegre, 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.705.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FÉRRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. C. Aproximações do Serviço Social com a Política de Educação: a contribuição das Comissões de Educação dos Conselhos Regionais de Serviço Social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, ano 20, n. 39, p. 209-224, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/24114>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

GAUTÉRIO, M. Indígenas se mudam para terreno do Estado, em Capela de Santana. **Ibiá**, Montenegro, 07 out. 2021. Disponível em: <<https://jornalibia.com.br/montenegro/indigenas-se-mudam-para-terreno-do-estado-em-capela-de-santana-2/>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

GUERRA, Y. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. Disponível em: <<http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>>. Acesso em 28 fev. 2022.

IBGE. **Brasil. Rio Grande do Sul. Montenegro. Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/montenegro/panorama>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB - Resultados e Metas**. IDEB 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019 e Projeções para o **BRASIL**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2453731>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

_____. **IDEB - Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 18 jan. 2022. BRASIL - Escolas Públicas

_____. **VII Exposição de Obras Raras. Anísio Teixeira. Centenário de nascimento (1900-2000)**. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/download/cibec/obras_raras/VII.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2022.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/montenegro.html>>. Acesso em: 16 out. 2021.

MEDEIROS, J. M. de; SVIERCOSKI, V. **O sabor do saber científico: TCC no serviço social**. Curitiba: InterSaberes, 2020, p. 256.

NUNES, C. Anísio Teixeira entre nós: A defesa da educação como direito de todos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 73, p. 9-40, dez. 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/tkVFzhPRWLjXZQ89XcqdBBD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO. **Localização geográfica**. Disponível em: <https://www.montenegro.rs.gov.br/?titulo=Munic%26iacute%3Bpio&template=conteudo&categoria=503&codigoCategoria=503&idConteudo=1979&tipoConteudo=INCLU DE_MOSTRA_CONTEUDO>. Acesso em: 15 out. 2021.

_____. **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Relação de Escolas Estaduais e Particulares. Disponível em: <<https://www.montenegro.rs.gov.br/?template=abreAnexos&arquivo=58268&nomeArquivo=Rela%C3%A7%C3%A3o%20de%20Escolas%20Estaduais%20e%20Particulares&categoriaDownload=1>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

_____. **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Disponível em: <<https://www.montenegro.rs.gov.br/?titulo=Secretarias&template=conteudo&categoria>>

a=344&codigoCategoria=344&idConteudo=2157&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CONTEUDO>. Acesso em: 07 jan. 2022.

_____. **Secretaria Municipal de Educação e Cultura.** Plano Municipal de Educação - Decenal. Disponível em: <<https://www.montenegro.rs.gov.br/?template=abreAnexos&arquivo=57854&nomeArquivo=PLANO%20MUNICIPAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20-%20DECENAL&categoriaDownload=1>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

SILVA, Â. M. P. da. Instrumentalidade e instrumentais técnicos do serviço social. Curitiba: InterSaber, 2017, p. 232.

SOUSA, C. T. de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada **A Visita Domiciliar e a Visita Institucional como Instrumental Técnico-Operativo no Trabalho do Assistente Social na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Município de Montenegro/RS**, desenvolvida por Alessandra Quadros da Costa. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof^a Me. Cleci Elisa Albiero, a quem poderei contatar/ consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone (041) 99724-0676 ou e-mail cleci.a@uninter.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é analisar a efetividade da visita domiciliar e da visita institucional no processo de trabalho do assistente social na Política de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no município de Montenegro/RS.

Fui também esclarecido de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de uma entrevista semi-estruturada. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou sua orientadora. Fui ainda informado de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Montenegro, 14 de fevereiro de 2022.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura da aluna pesquisadora: _____

Assinatura da professora orientadora: _____

APÊNDICE B - Transcrição da entrevista com o assistente social *Cidadania*

A: Sobre Educação, o que significa Educação para você.

Cidadania: O que significa educação para mim...é...a educação é...além do significado é a gente pode falar da importância dela, né, do que ela significa pra, pra sociedade em geral, porque o que a gente trabalha na Educação e o que que é, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, né, o desenvolvimento da criança e do adolescente. Então, o desenvolvimento em todos os aspectos: o desenvolvimento social, o desenvolvimento cognitivo, o desenvolvimento social, das relações, das responsabilidades, é, de tudo o que envolve é...onde essa criança vai viver, né, porque a gente vive em sociedade e isso é imprescindível que a criança possa ter um ambiente onde ela receba acolhida, onde ela receba atenção, onde ela receba ensino, onde ela possa participar ativamente da vida, né, e não só receber, então, esse ambiente da escola e da educação, ele é um ambiente que pode proporcionar isso, porque dentro de uma sala de aula é uma mini sociedade

A: Aham.

Cidadania: Então tem as suas tensões, tem os seus desafios, tem uma pessoa que tá lá direcionando as coisas, tem pessoas que estão resistindo a essa direção...é...tem...é, suas regras, né, tem suas regras de convivência, tem é, todo, todo esse mundo que envolve a nossa sociedade e que acontece na sala de aula, né, as disputas de poder, acontecem na sala de aula, né, então...é...eu acho que falar mais do que a educação significa pra mim, é falar do que ela significa pra nós, pra sociedade de uma forma geral assim, da importância dela no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes na, no nosso desenvolvimento, porque apesar de estarmos falando de Educação Básica, de Ensino Fundamental e de Ensino, ahm...e de Educação Infantil, a gente, a gente fala, a gente continua estudando, né, depois que a gente sai da Educação Básica, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da faculdade, né, quem consegue acessar, esses direitos e acessar essas oportunidades, continua estudando. Então, acredito que...a gente possa falar mais disso assim, da importância da educação pra todos nós, e da importância da educação, é...a nível mais local também, né, da importância da educação para o

município, porque esses alunos, essas crianças, isso parece clichê, mas não é, essas crianças que a gente atende hoje serão, né, os profissionais do futuro, eles que serão os nossos dentistas, os nossos médicos, os nossos fisioterapeutas, ahm, os nossos bancários, os nossos atendentes de farmácia, é, então as nossas crianças crescem muito rápido, né, e daqui a pouquinho já estão no mercado de trabalho já, e a preparação que elas tiveram, né, acredito que essa seja a importância da educação, né, na construção dessa sociedade é...fundamental.

A: Como e quando surgiu o teu interesse pela educação durante o teu exercício profissional?

Cidadania: *O meu interesse pela educação surgiu na faculdade, né, uma das professoras que eu tinha, hoje doutora Mariléia Goin, professora na Universidade Federal de Brasília, ela estudava a questão da educação. Então, ela tem muitos artigos, muitos livros e etc. E estudos, né, relacionados à educação, inclusive na América Latina, claro que ela falava sobre a educação de nível Superior, né, naquele momento ainda, né, em dois mil e onze, doze, é, existia uma intenção de ter assistente social nas escolas, mas era algo que estava distante, né, que foi realmente efetivado somente em 2020, é...no governo atual que efetivou a questão de ter um assistente social e um psicólogo na, nas, ahm, na Secretaria de Educação, né, atendendo as escolas e dando todo esse suporte. É...e é uma área que deve ser interesse nosso, né, porque cara a educação é o que, o que constrói a nossa vida, entendeu, então eu acredito que surgiu um pouco desse movimento, né, de poder entender um pouco como foi construído a Educação, eu acho que o próprio processo de histórico educacional do Serviço Social no Brasil, como ele se constitui, né, como ele se construiu, como, como começou é, como começou a entrar nas universidades, né, como ele começou a se estruturar nos currículos, né, do Serviço Social, acredito que tenha sido todo esse processo de aprendizagem mesmo e da importância da educação...acho que foi mais mesmo nesse quesito. E aqui no município, falando mais especificamente do município, é, o meu interesse foi, porque eu já tinha contribuído bastante na Assistência Social, é...a gente fez um trabalho bem legal no Cadastro Único lá, é...quando eu assumi o, a gestão do Cadastro Único a gente tava com um alcance de setenta e oito por cento das famílias que poderiam receber Bolsa Família e a gente deixou o Cadastro Único com cento e*

cinco por cento de alcance dessas famílias. Então...ahm...e como assistente social e como pessoa, eu gosto de novos desafios, com a questão da obrigatoriedade da lei, eu propus então a minha vinda para a Educação, para assumir esse desafio e começar este trabalho aqui e foi isso que, ahm...me trouxe para a Educação, né, aceitaram a minha proposta de vir e iniciar esse trabalho que sempre é bom iniciar algo, e a gente tá começando a entender um pouco melhor toda a questão educacional, a gente não compreende no início, porque é um mundo à parte assim, é...a gente teve, nos reunimos ontem com os professores, e só alguns professores deram mais de quatrocentas pessoas dentro de uma sala, né, então mais assistentes, mais, ahm...tudo que envolve a Educação no município é numa dimensão enorme assim, e a gente iniciando as aulas agora no dia vinte e um de fevereiro de dois mil e vinte e dois, temos, aproximadamente, seis mil e trezentos alunos ingressando nas escolas, né, então acompanhar todo esse universo é também algo, é...muito desafiador, assim, muito desafiador, principalmente, em época de pandemia, onde existiu muitas faltas, muita defasagem escolar, é, defasagem na aprendizagem, onde muitas crianças, ficaram, é, sem acesso à educação, né, sem o seu direito educacional, direito de aprendizagem, e são muitos os desafios que a gente vai encarar pela frente, mas foi algo que me motivou a estar aqui na Secretaria de Educação.

A: Então, pulando a pergunta 5 que eu acho que...o CRESS possui alguma relevância na tua função como assistente social na Política de Educação?

Cidadania: O Conselho.

A: Aham.

Cidadania: *É...a relevância do, do CRESS é a questão de a gente poder exercer a nossa profissão, né, tem que pagar o CRESS para exercer a profissão, e a questão de produção de materiais, né, eles têm alguns materiais que a gente acaba acessando aqui que nos auxiliam na, nessa questão tem o Grupo de Trabalho do CRESS que eu tenho participado e que tem tido muitas discussões ali pertinentes pra atuação do assistente social na Educação, é por ser uma legislação que se tornou obrigatória no fim de dois mil e vinte, ela...ainda é recente, né, claro que*

muitas secretarias de educação tinham assistentes sociais nos seus quadros, tá, ahm...aqui no Rio Grande do Sul mesmo, e...mas não tinha bem formatado assim, qual era o papel deles, não tinha uma legislação específica, hoje tem a legislação específica, hoje tem tudo o que pode ser construído dentro da Secretaria de Educação, dentro da Educação, da Política de Educação, é, através do trabalho profissional do assistente social.

A: E qual foi a tua proposta de trabalho e como foi o início das suas atividades como assistente social aqui na SMEC?

Cidadania: *Ahm...a minha proposta de trabalho, bom ahm...qual perspectiva que o assistente social precisa ter pra iniciar qualquer tipo de trabalho, é a perspectiva da garantia de direitos, né, então quando a gente chegou na educação, é...qual que é o pensamento, bom eu tenho que garantir direitos, que direito, quais direitos, né, eu tenho que garantir o acesso à educação, né, que crianças a partir de quatro anos precisam ter acesso à educação e garantir o direito à uma educação de qualidade, né, a permanência dessa criança na escola, então, não é só matricular essa criança, ela precisa permanecer na escola e isso envolve questão de transporte, envolve questão de renda, envolve questões sociais, envolve questões de saúde, envolve é...questões de saúde mental, é...tanto familiar, dos familiares, quanto das próprias crianças e adolescentes, envolve outros tipos de acompanhamento, envolve acompanhamento com psicopedagoga, envolve com, ahm...psicólogo, com outros encaminhamentos de saúde, neurologista, psiquiatra, é, envolve acompanhamentos da área social ou sociais, ahm, terapeutas ocupacionais, psicólogos da Assistência Social, envolve o próprio Conselho Tutelar. Então, é toda essa perspectiva que precisa ser observada no trabalho do assistente social, né, quando a gente vai olhar o que fazer e por onde começar, então foi por aí que comecei a minha proposta inicial foi entender a política, ahm...de Educação, entender qual era o direito que essas crianças e adolescentes têm na Política de Educação, e a partir daí, é...poder começar a construir o trabalho dentro da Secretaria de Educação. Qual era o resto da pergunta?*

A: Ahm...qual era tua proposta de trabalho, tu respondeste, como foi o início das tuas atividades aqui.

Cidadania: *E o início das atividades aqui se deu é...realmente nessa necessidade, né, nessa demanda, né, então, bom, eu tenho um direito que está sendo violado que é o não acesso à educação ou o acesso da educação com uma qualidade inferior a que deveria ser fornecida, a gente começou por aí. O não acesso à educação é...as crianças foram, entraram em Busca Ativa, né, então as escolas solicitaram e informaram essa criança está sem acesso à educação tá, tá sem esse direito educacional de estar em sala de aula, de estar aprendendo, de estar respondendo e a gente procurava as famílias então a ação profissional de começar a procurar as famílias, de entender um pouco melhor do contexto, do modo de vida dessas famílias, é pra...poder intervir, poder fazer o encaminhamentos necessários...*

A: Quais foram os empecilhos e os desafios encontrados durante o teu exercício profissional aqui na secretaria?

Cidadania: *É...os desafios e os empecilhos...os desafios, né, que a gente encontra é...empecilhos, no âmbito as duas palavras, são os seguintes, tá, que eu percebo mais: o primeiro deles é o endereço das famílias e isso não é, ahm...um privilégio da Educação, isso na Assistência Social, eu via isso no CAPS, na Saúde Mental eu via isso acontecer muito. Então, as famílias usuárias dos serviços sociais, dos serviços de saúde, mudam muito de endereço, elas trocam muito de telefone, é...isso é uma realidade geral, não é só do nosso município, mas inclusive na Educação é que teoricamente não deveria ser muito, porque tem toda uma comprovação de endereço pra conseguir as vagas, tem toda uma questão é...do Censo que tem que ser preenchido pelas escolas, das listas de presença, de manter atualizado toda, toda a, a documentação e histórico do aluno nas escolas, não deveria tanto, mas também acontece. Então, as famílias mudam muito de endereço e não informam, né, ou fornecem o endereço errado para conseguir uma vaga em determinada escola, é...burlam o sistema, então um dos grandes desafios encontrados, na verdade não é um desafio, é um empecilho, um dos grandes empecilhos na questão da efetivação do nosso trabalho é a questão, é...das próprias características sociais*

e das expressões da questão, das questões, expressões da questão social que envolvem essas famílias, que atingem essas famílias, é...principalmente famílias que têm uma renda menor, baixa renda, é famílias que possuem algum tipo de vulnerabilidade social. E um outro desafio bem importante é a organização nossa pra dentro da secretaria, porque esse serviço não existia até então dentro da secretaria. Então, a gente chega nesse serviço é...não é só uma sala que precisa ser adequada, é todo um serviço inteiro, é atendimentos, é quem vai falar, com quem vai falar, por que vai falar, é...a questão do carro, de organização do carro, né, e isso, do carro também não é um privilégio da nossa secretaria, né, tem essa dificuldade com transporte, né, pra realizar visita e...mas esse eu acho que é um dos maiores desafios assim, porque as escolas têm nos recebido bem, a própria Equipe Diretiva, a equipe da secretaria que tem nos recebido bem, tem recebido bem o assistente social dentro deste espaço.

A: Ahm...qual é a situação atual das demandas educacionais, ahm...não sei se agora tem demanda, porque as aulas não começaram, acho que tu podes comentar sobre as demanda do ano passado. Ou o que que foi dito nessa reunião que tu disseste com os professores e direção, também.

Cidadania: *Qual é...a situação atual?*

A: Das demandas educacionais.

Cidadania: *A situação atual das demandas educacionais elas continuam as mesmas do ano passado, assim mais uma questão agora de aguardar o retorno das aulas, a gente tem alguns encaminhamentos é...junto com a Saúde, junto com o Núcleo de Atendimento, é...então, mas elas acabam não mudando muito a questão de atendimento assim, o que a gente vai tentar fazer mais este ano é estar mais próximo das direções da escola, então, muitas das coisas das escolas que elas podem resolver, por elas mesmos, né, com a autonomia que elas têm, elas estavam encaminhando pra gente, então o que que a gente vai tentar trabalhar mais este ano é a questão realmente da autonomia das escolas, né, até onde que elas podem ir e*

quando que elas têm que nos chamarem é...tanto eu quanto a psicóloga, né, que é essa Equipe de Apoio aqui na Secretaria de Educação.

A: O que que as escolas estavam pedindo pra vocês resolverem sendo que elas poderiam ter resolvido.

Cidadania: *Algumas questões de saúde que não era propriamente Saúde, era mais uma questão de organizar com a família, ali é a questão da vida das crianças, de repente orientar a família, então eles já encaminhavam mais no sentido de super preocupados com a criança e quando a gente ia fazer a avaliação ali, ahm...não era tanto daquilo que eles poderiam ter chamado os pais e resolvido e conversado, e acertado os detalhes com a família ali mesmo, é...e realmente assim, essas crianças foram encaminhadas por eles, que é com...com uma avaliação de que necessitariam de algum acompanhamento de saúde ou psicopedagógico, algumas delas não necessitavam, né, após a avaliação, mas basicamente isso sim, mas a proposta é fortalecer mais as Equipes Diretivas da escolas pra poder dar mais também autonomia e segurança pra eles nas abordagens, mais segurança pra eles nos encaminhamentos que serão feitos, né, e também a diferença e a proposta deste ano é retomar a plataforma Busca Ativa Escolar. Então, provavelmente este ano a gente só vai usar a plataforma da Busca Ativa Escolar pra dessas crianças, então vai tar tudo ali registrado, tudo é...feito ali no, no...na plataforma.*

A: O que significa o termo processo de trabalho do assistente social na Política de Educação? E você tem algum referencial teórico que te dá embasamento no teu exercício profissional nessa área?

Cidadania: *Tá, é...vamo lá, o que que significa o processo de trabalho.*

A: Isso...o que significa o processo de trabalho na Política de Educação.

Cidadania: *O que é o processo de trabalho, né, o processo de trabalho é adequar os meios a um fim e agir em cima disso. Então, é um pouco do que eu comentei*

antes sobre a questão de...do próprio trabalho, né?* É dentro da Política de Educação, né, a gente tem o processo de trabalho, a gente tem uma demanda, a gente tem...é, dentro desse processo de trabalho os contatos que a gente precisa fazer, a gente tem as intervenções, a gente tem as mediações, a gente tem os encaminhamentos, a gente tem as orientações, a gente tem a, a, a gente utiliza muito dentro da Educação, é e na verdade outras também, né, dentro do Serviço Social se utiliza muito da dimensão sócio, da dimensão sócio-educativa...do trabalho, né, e da intervenção profissional. (Suspiro) E o processo de trabalho é, ele envolve todas essas questões, né, dos instrumentais que a gente tem de trabalho, né, que é importante lembrar que os instrumentais não são os instrumentos de trabalho, os instrumentos estão dentro dos instrumentais, mas os instrumentais são toda uma construção é teórica e prática de vivência de experiência, de estudo que a gente constrói. Então, isso é o meu instrumental de trabalho e os instrumentos são a visita domiciliar, a entrevista, é...relatório, os encaminhamentos, né, então esses são os instrumentos que a gente utiliza dentro do nosso processo de trabalho. E...a questão de um referencial teórico específico é...o que eu gosto de olhar, rever e olhar sempre são as legislações específicas da...da política, né. Então, eu tenho a legislação...tem o ECA aqui do meu lado, eu tenho é...a LDB, né, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, eu tenho estudado mais essas questões mais voltadas pra educação pra poder entender melhor a política, né, entender melhor onde eu estou inserido, ahm...esse tem sido o meu referencial teórico muito bom e dentro da profissão os, as orientações CRESS, CFESS, Código de Ética, né, é a nossa profissão ela, ela...ela necessita desse melhor mais tanto na questão da intervenção, quanto na questão da construção do meu referencial teórico, né. Então, o referencial teórico não é apenas é...um documento, é o que a gente aprendeu durante todo o processo de trabalho, o que eu trago de aprendizagem das outras secretarias, isso me ajuda muito, né, na, na, na visão que eu tenho dos, dos usuários da Política de Educação, das crianças, dos adolescentes, das famílias, é...Então, o meu referencial teórico está se construindo ainda, né, posso dizer isso, porque é eu tenho estudado as legislações específicas da Educação, muito tempo eu fiquei somente na Assistência Social, e...e agora então a Educação faz parte desse processo, né, as questões de aprendizagem, preciso saber um pouco, né, preciso ter conhecimento da, de qual política e isso tem sido um ponto fundamental pra mim hoje, é entender essa política, né, entender melhor essa política, e claro

dentro disso conseguir um referencial teórico dentro do Serviço Social a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética são fundamentais nisso também, e as orientações, né, do CFESS, do CRESS que nos auxiliam nesse processo aí.

A: Quais são os instrumentos técnicos-operativos, que tu já comentaste, mais utilizas no teu processo de trabalho, não sei se tem algum que utiliza mais e por quê? Ahm...e também tem uma outra pergunta junto: Qual é a tua opinião sobre o teu trabalho com outros serviços públicos, se são importantes, se não são, ahm...se a comunicação acontece realmente é efetivo, né, o trabalho.

Cidadania: *Os instrumentos técnico-operativos na Educação mais utilizados são a visita domiciliar...sem dúvida nenhuma, visita domiciliar, entrevista, é...escuta sensível, é...são instrumentais que a gente, gente, instrumentos que a gente utiliza diariamente, né, é...pra poder compreender melhor a situação, então, as entrevistas daí envolve entrevista com a criança, entrevista com os professores, entrevista com os pais, é...envolve busca, ahm...de informações com outras secretarias, né, e daí já vai pra segunda, né, como tem sido o, a comunicação com os outros serviços, né. É...a gente tem uma...comunicação muito boa com a Política de Saúde, com a Política de Assistência Social, é...com alguns profissionais, né, alguns não, mas com a Política de Saúde a nossa comunicação é muito boa, a gente utiliza muito a Política de Saúde pra pela questão de que muitos, muitas questões de dificuldade educacionais elas perpassam pelas questões de saúde. Então, saúde mental, saúde física e a gente então tem o contato muito bom com eles, inclusive hoje pela manhã é...eu estava falando com a assistente social da Saúde pra encaminhar situação de um aluno lá do Interior, né, que ela também está acompanhando a família e a gente é trocou essas informações ali com bastante facilidade. Eu acho que tem uma...está se construindo, né, um bom fluxo dentro do trabalho.*

A: E qual é a importância da visita domiciliar e da visita institucional como instrumento técnico-operativo aqui...no teu trabalho como assistente social na Política de Educação.

Cidadania: *A importância da visita domiciliar, né, da Educação, é...digamos imprescindível que aconteça, por quê. Porque dentro da Política de Educação como em outras políticas também, por exemplo, no CRAS, né, no CRAS as pessoas vão até o CRAS. Então, pra conhecer melhor a realidade dessa família e do que essa família está falando, a gente vai até à casa dessa família. Então, a gente utiliza esse instrumento técnico-operativo pra...ahm, conhecer os modos de vida dessa família, né, é...e pra poder intervir, poder encaminhar de uma forma melhor, mais adequada e dentro da Educação é a mesma coisa, né, a gente tem dentro da Educação, não são os adultos que vão à escola, são as crianças que vão à escola. Então, daqui a pouquinho uma situação na escola pode estar sendo vivenciada pela criança em casa, a escola não tem como saber, porque tanto não tem como saber, que os professores e diretores não têm essa incumbência de conhecer a casa, de visitar, não está dentro do...da atribuição dos professores. É...então, é tem sido fundamental pros encaminhamentos, tem sido fundamental pros encaminhamentos, é questão de transporte, questão educacional, questão é...de...de materiais precisam ser fornecidos para essas crianças, é tem sido fundamental entender a realidade dessas famílias, dessas crianças, é porque tu chega nas casas e...e tu consegue visualizar melhor e fazer os encaminhamentos mais assertivos naquela família, é por consequência, transformando, né, a situação daquela família ou é...minorando as expressões da questão social ou...é...fazendo os encaminhamentos mais pertinentes e corretos. E?*

A: A visita institucional.

Cidadania: *A visita institucional é...ela entra dentro do...do objetivo de conhecer melhor a...a política que eu estou inserido hoje, né. Então a Política de Educação a gente tem vinte e oito escolas hoje e eu realizar a visita institucional, que é a visita nas escolas, né, hoje é fundamental, assim, fundamental, porque eu preciso além de conhecer as escolas, eu preciso conhecer os professores, conhecer as direções das escolas, né, que é as pessoas com quem eu tenho acesso no trabalho, é...conhecer a localidade onde aquela escola está inserida, isso é fundamental até pros encaminhamentos com os próprios professores assim. Então, é...a gente precisa fazer esse diagnóstico sócio-territorial das escolas, de onde elas estão inseridas, de*

como é o bairro qual que é a renda: se é uma escola mais rural, escola mais urbana, se é uma escola onde tem mais histórico de violência, se é uma escola onde tem histórico de vulnerabilidades sociais, é...tem escolas que são os dois: escolas rurais com histórico de vulnerabilidade social, com histórico de violência, é...muitos acompanhamentos no Conselho Tutelar, muitos acompanhamentos na Saúde, em diversas escolas. Então, a importância de fazer essa visita, visita institucional nas escolas, é...pra conhecer realmente, sim, a localidade das escolas, onde elas estão inseridas, fazer um pouco desse diagnóstico sócio-territorial, depois se elas entendem onde elas estão inseridas no trabalho que elas estão fazendo, no meio que elas estão inseridas a, a...as demandas que aquela comunidade é...expressa, né, pras escolas e poder entender um pouco melhor esse contexto aí, né, de poder também falar com as famílias que tu conheces as escolas, que tu conheces os professores, os diretores. Então, dentro desse contexto de entendimento da Política de Educação, da política que eu estou inserido é fundamental as visitas, ahm...desse instrumento técnico-operativo da visita institucional.

A: *E...de todas as demandas que tu recebeste das escolas, a porcentagem da visita domiciliar realizada institucional assim, de todas as demandas tu fizeste visita domiciliar, tu conseguiu resolver via psicóloga, via outros serviços por telefone, ...*

Cidadania: *É...tem uma função que eu me preocupo bastante assim, que é o retrabalho, né. Isso é uma coisa que eu, pessoalmente, e profissionalmente tento evitar demais o retrabalho. É...e a revisita nas famílias assim. Então, quando eu recebo uma situação que eu acredito que ou talvez algum outro é, alguma outra política esteja acompanhando já, a gente entra em contato com essa política, a gente entra em contato com a família, porque o que acontece é...e algo que eu conversei muito assim com...com os serviços é a questão da revisita, né. Daqui a pouquinho, ah, foi encaminhado pra quatro serviços junto, daí vai o assistente social da Educação de manhã, vai o Conselho Tutelar de tarde, vai o CREAS no outro dia, vai o CAPS no outro dia, vai a assistente social da Saúde no outro dia. É...isso não pode acontecer. Isso é violação com a família, isso é...violência, é...muito ruim assim.*

A: Isso já aconteceu?

Cidadania: *Sim, sim, inclusive com situações de violência contra a criança e adolescente já aconteceu. Então, são coisas que eu tento ...*

A: Então, vamos para a última que é...quais são os teus planos profissionais pra Política de Educação para este ano? E se os recursos físicos, humanos e materiais são suficientes...para...a Política de Educação?

Cidadania: *É...bom os planos são é..eu falei um pouco antes, né, dos planos profissionais que é trabalhar mais com as Equipes Diretivas das escolas e também tentar dar um suporte melhor pra, pras, é...os Anos Finais do Ensino Fundamental. Os Anos Finais ali a partir do quinto ano, mas provavelmente a gente vai trabalhar ali com oitavo, nono, sétimo, sétimo, oitavo e nono questões que foram bastante afetados pela pandemia, é...principalmente pela questão de estarem saindo do Ensino Fundamental indo para o Ensino Médio, né, e...dar um suporte pras escolas de uma melhor forma possível assim, né, tem o essas reuniões que a gente têm tido, as escolas têm sido legais, porque a gente tem conhecido as direções das escolas, os professores...É...de uma forma mais próxima. Então,...os projetos e planos profissionais deste ano dentro da Secretaria de Educação, é...lutar muito, né, pra que as crianças tenham acesso à Educação e um acesso à Educação com qualidade e permaneçam acessando esse direito à Educação, né, eu acho que essa é a grande meta assim, inclusive hoje a, a minha ida, o meu pedido, a minha ida na, no rádio hoje foi, é com esse pedido, né, lembrar a população que a partir dos quatro anos toda criança tem direito de estar na escola e o poder público tem a obrigação de fornecer essa vaga. Então, independente de se não tiver vaga, a gente vai ter que dar um jeito e...essa criança a partir dos quatro anos, ela tem direito de estar em sala de aula, né, então é uma tecla que eu vou bater muito este ano, que eu vou bater muito este ano, e a gente pretende, né, com o trabalho desenvolvido com a Busca Ativa Escolar, também, envolver outras e...envolver outras Políticas Públicas e, também, além de outras Políticas Públicas envolver a comunidade, né, as comunidades. Tanto as comunidades que têm escola no seu entorno, quanto a comunidade de uma forma geral assim. As pessoas precisam é lembrar disso que: que crianças acima de quatro anos têm o direito de estar na escola, né, e é uma*

obrigação nossa conceder essa vaga, fazer essa matrícula e prestar esse atendimento é...como poder público.

A: Tu falaste em educação de qualidade, pra ti o que é educação de qualidade.

Cidadania: *É...uma educação de qualidade é uma Educação que abrange não somente é...o lado...ahm...cognitivo...de aprendizagem, né, mas que abrange também um lado emocional, que abrange também um cuidado com Saúde, cuidado quando a gente diz, não é simplesmente, ah, dá a mão pra criança pegar no colo, não é esse tipo de cuidado, é um cuidado realmente de intenção, de, de força de vontade, de querer estar ali com esse aluno, de querer aprender, de querer ensinar, né, é...é...e...passar por outras políticas é...me deu a possibilidade de enxergar a Educação de uma forma mais ampliada e também é...além de ampliada, mais integral, o que seria integral, né, não perceber somente se é...a criança sabe fazer dois mais dois, não é esse o grande objetivo da Educação, que as crianças saiam das escolas que elas saibam fazer dois mais dois, mas que elas já saibam relacionar, se relacionar com as pessoas e também fazer o dois mais dois, né. Então, eu acho que qualidade na Educação é isso, é tu...conseguir tratar e trazer a equidade pra dentro da Educação, pra dentro da sala de aula, né. O que que é equidade? Bom, nós temos muitas situações é...que vem sendo acompanhadas pelo Núcleo de Serviço de Atendimento é...de educação especializado, do atendimento de educação especializada, salas de AEE, é...que são crianças que têm uma dificuldade na aprendizagem elas passam por um momento de reforço, é...Então, isso pra mim é uma Educação de qualidade, porque, bom, essa criança não está acompanhando o ritmo das outras crianças, então ela precisa, ahm...passar por esse momento de reforço, de um momento de uma atenção especial. Outra situação é a criança tem algum déficit cognitivo, tem algum transtorno, tem...é, por exemplo, tem hiperatividade, né, a criança não consegue, ela precisa de acompanhamento. Bom, se a família não está acompanhando, a escola vai observar isso, vai acionar a Saúde, vai acionar a família, vai nos acionar pra que essa criança tenha direito a uma Educação de qualidade, porque se ela não está fazendo um acompanhamento de Saúde e não está tomando medicação, a qualidade da, do...aprendizado dessa criança, na Educação, vai ser baixíssimo, né. Ela vai aproveitar muito pouco, é...então, o que que é uma Educação de qualidade é*

eu poder fazer esses encaminhamentos também pra essa criança, pra que ela possa tomar medicação, possa voltar para a sala de aula, consiga se concentrar, e consiga aprender, e consiga conviver melhor com os seus colegas, e com os seus pares.

A: Tu conseguiste visitar quantas escolas?

Cidadania: *Eu acho que mais da metade, provavelmente, umas dezesseis escolas...deu pra realizar a visita no ano passado, temos vinte e oito escolas, é...e com toda a, a questão do carro, mas eu fui, fui bastante eu acho que nas rurais eu fui na maioria, é...faltou algumas infantis e algumas outras eu já tinha ido antes pelas outras políticas...mas a gente foco, tem algumas escolas que são muito maiores, né, tem as escolas que tem vinte alunos e tem outras que têm seiscentos, setecentos alunos...Então, é...as escolas que são maiores demandam mais e, por consequência, a gente também visita mais, né. Algumas escolas receberam a visita mais de uma vez, muito mais de uma vez, pra tratar “ene” questões...e...a gente foi se organizando no ano passado, conforme as demandas iriam surgindo pelas próprias escolas, né, quando as escolas demandavam, a gente se organizava para visitá-los.*

A: Currículo.

Cidadania: *Eu sou assistente social formado pela Universidade Federal do Pampa, é...me formei em dois mil e catorze, e logo na minha formatura, já consegui passar em concursos. Então, assumi na Prefeitura de Harmonia, em março de dois mil e catorze já e trabalhei lá até agosto de dois mil e quinze e depois já assumi é...Montenegro. Em Montenegro passei pelas, pela Política de Saúde, pela Política de Assistência Social e agora estou na Política de Educação. Então, já estou é atuando dentro do município de Montenegro desde agosto de dois mil e quinze. A gente conhece muitas famílias, muitas famílias que eram atendidas na, na Assistência Social, na Saúde é, são tem alunos, né, dentro da Política de Educação. Então isso acaba gerando e...me dando uma compreensão um pouco melhor do serviço todo. Ahm...tô finalizando a pós em Docência do Ensino Superior...e...acho que era isso...Tá e sobre o trabalho, o que que é o trabalho, né, o que que é o*

trabalho pra mim, o significado de trabalho...é...o trabalho é quando a gente consegue modificar algo, né, então isso independente se é remunerado ou não-remunerado, se é em casa ou se é em outro lugar e...e pra mim é isso que dá sentido pro trabalho na verdade, porque se não fosse isso, o trabalho não teria nenhum sentido é...pra gente poder modificar algo, a gente poder tocar o coração das pessoas...

* Na primeira gravação, a pergunta inicial foi sobre “trabalho”. A entrevista que está transcrita acima foi a segunda que foi realizada, devido ao manuseio do gravador de voz utilizado pela autora desse trabalho.